

**O PAPEL DA AGENDA 21 LOCAL
NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE:
O CASO DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ**

Margarida Manuel Reboredo da Fonseca

*Trabalho de Projeto apresentado à Escola Superior de Educação de Bragança
para obtenção do Grau de Mestre em Educação Ambiental*

Orientado por

Maria da Conceição da Costa Martins

Bragança

2014

Agradecimentos

É com todo o propósito que me cumpre inserir esta página no projeto, pois tenho consciência de que a realização do mesmo só foi possível devido à colaboração e apoio de todos os que me acompanharam ao longo de todo processo.

Em particular, um agradecimento à minha supervisora Professora Conceição Martins, por todo apoio, atenção, dedicação e amizade em todos os momentos. O seu exemplo acompanhar-me-á como referência para o resto da vida.

Agradeço à Câmara Municipal De Alfândega da Fé por todo acolhimento que me proporcionou, em especial à sua Presidente, Doutora Berta Nunes, que me acolheu no decorrer deste ano, sempre com o intuito de aperfeiçoar o meu trabalho, incentivando-me também a nunca desistir dos meus objetivos.

Devo também um especial agradecimento aos meus amigos, principalmente a uma amiga especial, Rita Rocha, pela sua amizade e apoio, por nunca me ter deixado sozinha em nenhuma situação e pelas más disposições que sempre suportou. Não deixo de referenciar o apoio incondicional e paciência de outras duas amigas: Maria João Martins e Joana Silva.

Por fim, agradeço à minha família, em especial mãe, pai, irmã e irmão pela paciência, pelo apoio permanente (expresso ou em silêncio), pela dedicação e por suportarem todas as minhas crises de ansiedade e desespero.

A todos um muito Obrigada!

Resumo

O presente projeto teve como principal foco a Agenda 21 Local, a qual deve ser adotada pelos municípios, com intuito de melhorar a qualidade de vida de cada cidadão, satisfazendo as suas necessidades sem comprometer as gerações vindouras.

A participação e o envolvimento da comunidade é a chave para alcançar o desenvolvimento sustentável. Por isso, é fundamental obter a colaboração ativa dos agentes dinamizadores da comunidade, para que contribuam e se envolvam na tomada de decisão local, de forma a criar estratégias a longo prazo.

O concelho de Alfândega da Fé está marcado, atualmente, por problemas de desertificação humana, com um índice de envelhecimento populacional elevado, dificuldade em fixar os jovens e com escassos recursos económicos. Porém, é também um concelho com um património natural e cultural interessante, com potencialidades para assegurar uma boa qualidade de vida a quem escolha ali viver. Estas características remetem para a necessidade de criação de novas estratégias, que inflitam as fragilidades reconhecidas e contribuam para um desenvolvimento sustentável e harmonioso, o que pode ser alcançado com a adoção dos parâmetros de uma Agenda 21 Local.

Foi com base nesta questão, essencialmente prática, que se desenvolveu este projeto, ao longo de dois semestres, no Município de Alfândega da Fé. Neste trabalho foram identificados as principais potencialidades e fragilidades do concelho, assim como as oportunidades e as ameaças que se lhe apresentam, e, com base nesses elementos, estabeleceu-se um primeiro Plano de Ação, o qual irá posteriormente ser colocado à discussão pública, antes de entrar em vigor. Para a sua concretização foram envolvidos os líderes políticos, a comunidade e os principais agentes locais.

Este projeto consistiu, assim, num processo dinâmico, que pretendeu alertar para a necessidade de existirem novas dinâmicas territoriais, que levem à adoção de um conjunto de estratégias promotoras da sustentabilidade local, a longo prazo.

Por fim, espera-se que estes resultados contribuam para o aperfeiçoamento teórico e metodológico de novos estudos, procurando disseminar a experiência e aumentar o número de Agenda 21 Local aprovadas e em execução.

Palavras-Chave:

Agenda 21, Agenda 21 Local, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental

Abstract

This project was mainly focused on the Local Agenda 21, which must be adopted by the Portuguese counties, with the aim to improve the quality of life of every citizen, fulfilling their needs without compromising the next generations.

Participation and community involvement it is the primordial key to achieve a sustainable development. In order to create long-term strategies it is crucial the collaboration of the city actors on the local policies and decisions.

The Municipality of Alfândega da Fé, Portugal is currently marked by the following problems: depopulation, aged people, difficulties to set young people and very low economic resources. By the way it is a municipality with an exciting natural and cultural heritage, with the potential to ensure a good quality of life for those who choose to live there. These characteristics lead to the necessity of creating new approaches that reduce the weaknesses and contribute to the harmonious and sustainable development, which can be reached by adopting the parameters of a Local Agenda 21.

It was due to this issue that this project was developed over two semesters, in the municipality of Alfândega da Fé, Portugal. In this paper the main strengths and weaknesses of the council were identified, as well as opportunities and threats. Based on this identification it was settled a first Action Plan, which will be put on public discussion before entering into force. To materialize this First Action Plan were involved the political leaders, the community and key local actors.

This project is a dynamic process that aims to alert to the needs of a new territorial dynamics, leading to the adoption of strategies that promotes the local sustainability in the long-term.

Finally, it is hoped that these results will contribute to the theoretical and methodological development of new studies, seeking to disseminate the experience and boosting the number of Local Agenda 21 adopted and currently running.

Keywords:

Agenda 21, Local Agenda 21, Sustainable Development, Environmental Education

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract.....	iii
1 - Introdução.....	1
2 - Enquadramento Teórico	7
2.1 - Educação Ambiental.....	7
2.2 - Desenvolvimento Sustentável.....	10
2.3 - Agenda 21.....	12
2.4 - Participação e Envolvimento das Comunidades.....	17
2.5 - Agenda 21 na Europa	20
2.6 - Agenda 21 em Portugal	22
3 - Metodologia	25
3.1 - Natureza do projeto	26
3.2 - Técnicas e instrumentos para recolha de dados.....	26
4 - Resultados	35
4.1 - Análise dos resultados da reunião com a comunidade	36
4.2 - Plano de Ação.....	41
4.2.1 - Qualificar para a vida.....	41
4.2.2 - Apoiar o turismo e criar ofertas de atividades	44
4.2.3 - Mobilidade Sustentável.....	48
4.2.4 - Educação Ambiental para a Sustentabilidade	51
4.2.5 - Economia e Empreendedorismo	54
5 - Considerações Finais.....	57
6 - Referências Bibliográficas	61
Anexos.....	66
Anexo I	67
Anexo II	68
Anexo III.....	69
Anexo IV.....	70

Índice de Figuras

Figura 1- Freguesias do concelho de Alfândega da Fé após a reorganização administrativa de 2013.....	3
Figura 2- Fases de desenvolvimento da Agenda 21 Local de Bragança.	28
Figura 3- Componentes da análise SWOT.	30
Figura 4- Fatores internos e externos em que se baseia a análise SWOT	30

Índice de Quadros

Quadro 1- Etapas estratégicas na implementação dos objetivos para a Agenda 21 Local (adaptado de Schmidt, Nave & Guerra, 2005).	17
Quadro 2- Compromissos de Aalborg (adaptado de Garzillo & Kuhn, 2007).	21
Quadro 3- Metas estabelecidas no compromisso de Aalborg (adaptado de Schimdt, Nave & Guerra, 2005).	21
Quadro 4- Lista dos agentes da comunidade convidados para a primeira reunião.	33
Quadro 5- Fragilidades apresentadas pelo concelho de Alfândega da Fé, identificadas pelos representantes das entidades e instituições presentes na primeira reunião de preparação da Agenda 21 Local.	37
Quadro 6- Potencialidades apresentadas pelo concelho de Alfândega da Fé, identificadas pelos representantes das entidades e instituições presentes na primeira reunião de preparação da Agenda 21 Local.	39
Quadro 7- Oportunidades apresentadas pelo concelho de Alfândega da Fé, identificadas pelos representantes das entidades e instituições presentes na primeira reunião de preparação da Agenda 21 Local.	39
Quadro 8- Ameaças sentidas no concelho de Alfândega da Fé, identificadas pelos representantes das entidades e instituições presentes na primeira reunião de preparação da Agenda 21 Local.	40

1 - Introdução

O presente projeto foi elaborado no âmbito do segundo ano do curso de Mestrado em Educação Ambiental, lecionado na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança.

Encontra-se estruturado em seis Capítulos, incluindo as referências bibliográficas e dele fazem parte ainda um conjunto de anexos que complementam a informação constante do texto.

O primeiro capítulo reporta-se à introdução, que é dividida por três secções, e na qual é feita a contextualização do projeto e são apresentados os objetivos e as questões de estudo.

No segundo capítulo são abordados os temas mais relevantes do enquadramento feito no âmbito da pesquisa efetuada para o projeto, iniciando-se com uma breve definição de Educação Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável, uma abordagem um pouco mais detalhada do documento correspondente à Agenda 21, incluindo uma breve análise da evolução da Agenda 21 na Europa e terminando com alguns dados sobre a evolução da Agenda 21 em Portugal.

No terceiro capítulo apresenta-se a metodologia utilizada, bem como a justificação da sua escolha. Assim como as diversas fases em que está organizada até à elaboração do Plano de Ação. Neste capítulo discute-se também as opções metodológicas seguidas no contacto com os diferentes atores da comunidade, desde o diagnóstico feito junto da população, ao trabalho com o município e à auscultação dos representantes das diversas entidades locais.

O quarto capítulo diz respeito a apresentação e discussão dos resultados. Tratando-se de uma metodologia qualitativa e de um trabalho que depende muito das perceções, sentimentos e valores que a comunidade apresenta face aos temas em análise, são apresentadas as sínteses referentes a cada um desses temas, com base nas quais foram tomadas as opções para a elaboração do Plano de Ação.

No quinto capítulo são apresentadas as considerações finais do estudo efetuado, as limitações registadas neste projeto e as limitações inerentes ao desenvolvimento das Agendas 21 Locais.

No sexto capítulo são apresentadas as referências bibliográficas, seguindo-se os anexos.

1.1 - Contexto de Estudo

Este projeto surge da identificação de uma necessidade local, dado que o município de Alfândega da Fé não dispõe ainda de uma Agenda 21 Local. Embora já tivessem sido desenvolvidas algumas atividades nesse sentido há alguns anos, o processo não evoluiu.

Atendendo a que atualmente o município tem demonstrado interesse e abertura para a realização de atividades de educação ambiental e tem realizado algumas iniciativas de promoção do desenvolvimento sustentável, esta hipótese foi colocada no âmbito do mestrado em Educação Ambiental e, embora sabendo que se trata de um projeto muito ambicioso, optou-se por avançar com um novo processo.

A realização deste projeto vai ao encontro da vontade pessoal da autora em contribuir para o desenvolvimento sustentável neste local, incentivando assim a comunidade local e as instituições a adotar estratégias que preservem o ambiente e não ponham em causa as gerações futuras.

O concelho de Alfândega da Fé é constituído por doze freguesias (Figura 1), está incluído na NUT III - Alto Trás-os-Montes, apresenta uma área de 4% da área do território nacional e 2,7% da população do país (Câmara Municipal de Alfândega da Fé, 2013).

Alfândega da Fé localiza-se na latitude 41°20'N e na longitude 6°58'W, em termos cartográficos. Em relação ao clima, regista uma amplitude térmica com altas variações sazonais, alternando a média anual da sua temperatura entre 12,5°C e 16,0°C. Do ponto de vista geomorfológico, é constituído por rochas de origem metamórfica e eruptiva, nomeadamente xistos e granitos. Possui solos delgados, que dificultam a exploração agrícola, exigindo aos agricultores constantes adubações e estrumações, situação que é diferente apenas no Vale da Vilariça. Em relação à hidrologia, o Rio Sabor é o curso de

água com maior destaque, pertencendo todos eles à bacia hidrográfica do Rio Douro. Tem uma altimetria que varia entre os 400 e os 1200 metros e uma área de 322 quilómetros quadrados (Gonçalves, 2010). Em termos de população, é um concelho com cerca de 5000 habitantes.



Figura 1. Freguesias do concelho de Alfândega da Fé, após a reorganização administrativa de 2013. Fonte: Wikipedia, 2014.

A Agenda 21 ao nível local, regional e internacional tem vindo a sofrer alterações ao longo dos tempos, principalmente ao encorajar as instituições locais na adoção de estratégias integradas e sustentáveis de desenvolvimento. Assim, nesta perspetiva e ao longo do estudo realizado sobre este tema, tem-se concluído que a Agenda 21 Local é um instrumento fundamental para o sucesso de vários projetos que levam ao desenvolvimento local, europeu e mundial.

A Agenda 21 é um plano de ação das Nações Unidas que pretende contribuir para o desenvolvimento do século 21. Foi aprovada no Rio de Janeiro em 1992, na Conferência Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento, tendo como objetivo levar a que cada país reflita e se comprometa, tanto ao nível local como global, a que todos os setores e comunidades colaborem no estudo de possíveis soluções para os problemas sócio ambientais. Dada a metodologia que propõe, tornou-se num instrumento valioso

para todas as comunidades que pretendam atingir o progresso, tentando o equilíbrio entre os interesses de todos os participantes na implementação da mesma.

Ao nível Europeu, a implementação da Agenda 21 tem sido alvo de destaque, principalmente no âmbito do projeto das Cidades e Vilas Sustentáveis, que tem como intuito promover o desenvolvimento sustentável ao nível urbano, salientando a necessidade de introduzir objetivos ambientais e estimular a participação da sociedade em políticas comunitárias (Schmidt, Nave & Guerra, 2005).

A implementação da Agenda 21 em Portugal tem sido lenta e tem um longo caminho a percorrer. Existem estudos que apontam para uma evolução da sua implementação, mas o número de municípios ou outras comunidades que dispõe de uma Agenda 21 Local em vigor é ainda pouco ambicioso.

A elaboração do Plano de Ação de uma Agenda 21 Local torna necessário o estabelecimento de diálogo entre o poder local, os cidadãos e os agentes locais, criando consensos e parcerias, de forma a introduzir novas dinâmicas no território.

A participação e o envolvimento das comunidades na construção desta Agenda são importantes, no sentido de resolver os seus problemas, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos e promovendo a sustentabilidade da região. Assim, todas as comunidades devem ter acesso à informação, de forma a tornar os processos de tomada de decisão mais próximos dos cidadãos, facilitando a adesão dos mesmos, por se sentirem parte integrante do processo. Esta Agenda apela também a que as autoridades locais desenvolvam processos consultivos que permitam consensualizar os contributos das suas comunidades, visto serem as entidades que estão mais perto dos cidadãos, e às quais se atribui o dever acrescido de informar, educar e sensibilizar (Sousa, 2009).

1.2 - Objetivos e questões do estudo

Para levar a cabo a implementação da Agenda 21 Local no concelho de Alfândega da Fé foram definidos como principais objetivos:

- I. Identificar os problemas ambientais locais, as suas causas e as implicações dos mesmos sobre os outros pilares da sustentabilidade (setores económico e social);

- II. Incentivar a participação da população na implementação de novas políticas, que tenham em vista a melhoria da qualidade de vida no concelho;
- III. Encontrar soluções socialmente responsáveis, com o apoio da comunidade de Alfândega da Fé, para resolver os problemas ambientais identificados.
- IV. Construir um Plano de Ação a médio prazo, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do município.

Decorrente dos objetivos formulados, surgiram as seguintes questões de investigação:

- Quais as orientações a ter em consideração na construção da Agenda 21 Local no Município de Alfândega da Fé?
- Quais os problemas ambientais locais, as suas causas e implicações?
- Como promover a participação da população na construção da Agenda 21 Local e na implementação de políticas ambientais que promovam a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos?
- Quais as soluções socialmente responsáveis, para resolver as questões ambientais encontradas e estimular o desenvolvimento sustentável?

2 - Enquadramento Teórico

Educação Ambiental é um termo que conta já com cerca de 70 anos, embora o seu conceito só tenha começado a ser definido em 1972, na conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo. Nesta conferência, surge como principal objetivo, estimular a população mundial para a proteção do ambiente e cuja declaração alerta para o fato de termos chegado a um momento da história em que as preocupações com o meio ambiente devem ser valorizadas e a educação da humanidade deve ser urgente e fundamental, pois as suas atitudes, consciente ou inconscientemente, estão a causar danos irreversíveis no ambiente. É aqui que surge o Educador Ambiental e o seu papel fundamental, no sentido de ajudar na consciencialização dos problemas, conduzindo o homem a viver em consonância com a Natureza.

Ao longo do tempo, surge também a necessidade de relacionar o ambiente com o desenvolvimento económico e com a esfera social, emergindo assim o termo "desenvolvimento sustentável", subentendendo um modelo de desenvolvimento com capacidade para conceber riqueza, sem arriscar a qualidade do ambiente, sem despertar o esgotamento de recursos naturais e sem comprometer as gerações futuras.

Vinte anos após a conferência de Estocolmo, foi realizada no Rio de Janeiro outra importante conferência, denominada Cimeira da Terra, de onde saíram importantes documentos, entre os quais a Agenda 21. Este documento contempla um conjunto de linhas de ação e estratégias, com o intuito de ultrapassar a crise ambiental e onde cada país se compromete a refletir, global e localmente, para que os governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade possam colaborar na resolução de problemas sócio ambientais.

2.1 - Educação Ambiental

Num encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), realizado em Paris em 1948, surgiu o termo Educação Ambiental. Porém, o seu conceito só começou a ser definido em 1972, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, na qual se começou a salientar a importância das ações educativas nas questões ambientais (Henriques, Trajber, Mello, Lipai & Chamusca, 2007). Aquele evento teve como objetivo principal estimular a população

mundial para a proteção e aperfeiçoamento de um ambiente humano saudável e equilibrado. Assim, na Declaração assinada em Estocolmo, em 1972, pode ler-se, no parágrafo 6:

Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humana (...). (ONUBR, 2014, A ONU e o Meio Ambiente, para. 6)

Pouco tempo mais tarde, na Conferência de Estocolmo, em 1975, foi criado um plano internacional de Educação Ambiental e divulgada a “Carta de Belgrado”, na qual se declarava o efeito do desenvolvimento económico e do aumento do processo tecnológico na geração futura. Este facto produziu inúmeras consequências ambientais e sociais, porém, também trouxe benefício a muitas pessoas. Desta forma, desenvolveu-se uma nova noção de desenvolvimento, satisfazendo as carências de todos os cidadãos, de maneira coerente, onde as sociedades também vivessem em concordância com o ambiente (Araújo, 2010).

Em parceria entre a Unesco e o Programa de Meio Ambiente da ONU, em 1977, na Georgia, em Tbilisi, decorreu a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Henriques, Trajber, Mello, Lipai & Chamusca, 2007). Foi ainda nesse ano que se aprovou uma Declaração de Educação Ambiental, na qual se indica que a Educação Ambiental deve ser o resultado da reorientação e compatibilidade de diferentes disciplinas e experiências educacionais que facilitem a visão dos problemas ambientais. Propõe-se também, neste documento, desenvolver ações suficientes às necessidades sócio ambientais (Araújo, 2010).

A Agenda 21 é um documento que contém linhas de ação e estratégias com intento de ultrapassar a crise ambiental. Este documento foi aprovado em 1992, no Rio de Janeiro, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento. Nessa Conferência foi também assinado um Tratado de Educação Ambiental (EA) para as sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que vai ao encontro da educação para as sociedades sustentáveis, com carências de um pensamento crítico, coletivo e

solidário de interdisciplinaridade, multiplicidade e diversidade. Desta forma, há cada vez mais uma união entre a educação ambiental e a sustentabilidade (Henriques, Trajber, Mello, Lipai & Chamusca, 2007).

Em 1987, o relatório de Brundtland intitulado “*Nosso Futuro Comum*”, refere que:

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.

Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso a crises ecológicas, entre outras...O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos.

Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas. (ONUBR, 2014, A ONU e o Meio Ambiente, para. 10)

A Educação Ambiental deve, então, conduzir o Homem a viver em consonância com a Natureza, tendo como intuito consciencializar a população mundial sobre as dificuldades ambientais, desenvolvendo uma população com conhecimento, motivação, competência e sentido de comprometimento, onde seja permissível atuar, tanto individual como coletivamente na solução de problemas atuais, impedindo assim o seu reaparecimento (Instituto Nacional do Ambiente, 1989).

A função de um educador ambiental é inculcar na população, seja esta mundial ou local, os fundamentos da Educação Ambiental. Para tal acontecer, é imprescindível sensibilizar os indivíduos e os grupos sociais para os problemas ambientais (Tomada de consciência), promover a responsabilidade pelo sentido crítico e aumentar os conhecimentos (Conhecimentos), apoiando a população na adoção de medidas para aumentar a qualidade ambiental (Atitude) e obter aptidões para resolver problemas ambientais (Competências). Desta forma, compete a cada indivíduo avaliar os projetos de educação ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, económicos, sociais, estéticos e educativos (Capacidade de avaliação). Por fim, cada indivíduo precisa de ter responsabilidade para desenvolver medidas que caminhem no sentido de resolver problemas ambientais (Participação) (Schmidt, Nave & Guerra, 2008).

2.2 - Desenvolvimento Sustentável

A definição de sustentabilidade é conhecida desde os anos 70 e tinha como principal preocupação a sustentação da sociedade, com uma visão economicista, com poucas preocupações e cuidados ambientais (Silva & Gonçalves, 2013).

De acordo com Ferreira e Santos (2007), a definição de Desenvolvimento Sustentável mais divulgada, surgiu pela primeira vez no documento “Our Common Future”, publicado pela World Commission on Environment and Development em 1987. Este documento ficou conhecido como o Relatório de Brundtland e descreve o Desenvolvimento Sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as próprias necessidades”. Envolve a assimilação contrabalançada dos sistemas económicos, sociocultural e ambiental, e dos aspetos institucionais relacionados com a ideia muito atual de “boa governação”.

Nesse sentido, também a definição de um modelo de desenvolvimento sustentável tem vindo a ser procurada já há algumas décadas, tendo sempre em conta os problemas a nível ambiental e social (Arieiro, 2008).

Na década de 60 do século XX, iniciaram-se as discussões mundiais sobre os problemas associados à degradação ambiental que deram origem ao termo “desenvolvimento sustentável” e que, em 1972, conduziram a ONU a promover a primeira Conferência Mundial sobre Ambiente Humano, em Estocolmo. Esta conferência reuniu, pela primeira vez, a comunidade científica a relacionar o ambiente com o desenvolvimento económico. A Conferência de Estocolmo deu origem a uma declaração (Declaração de Estocolmo) e à criação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) (Sousa, 2009).

Em 1982, o PNUA realizou um encontro com intuito de avaliar os dez anos após Estocolmo, que deu origem em 1983, à Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento (Sousa, 2009). Esta tinha como finalidades: (i) procurar responder a assuntos e questões relativos ao ambiente, com propostas de ação a longo prazo, realizando desta forma os objetivos correntes da comunidade mundial; e (ii) apresentar novas maneiras de cooperação internacional de forma a encaminhar as políticas e ações no sentido das modificações precisas, e dar ao povo, organizações, empresas, institutos

e governos, um maior entendimento desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais resistente (Ferreira & Santos, 2007).

Em 1987, os trabalhos foram concluídos com a exibição do Relatório de Brundtland, que cativou a atenção do mundo sobre a urgência em encontrar formas de desenvolvimento económico, sem por em risco os recursos naturais e sem prejudicar o ambiente. Foram também definidos três princípios para serem cumpridos: desenvolvimento económico; preservação ambiental e equidade social. Este relatório não deixou de ser criticado, devido à insustentabilidade do planeta, aumento da população e pobreza nos países subdesenvolvidos (Barbosa, 2008).

Com base em Ferreira & Santos (2007), foi na Assembleia Geral das Nações Unidas, devido ao relatório de Brundtland, que se decidiu realizar uma conferência mundial com intuito de fixar bases para uma associação mundial entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, tal como, entre governos e sectores da sociedade civil, centralizadas no entendimento das necessidades e interesses comuns, e conseguir um equilíbrio justo entre as necessidades económicas, sociais e ambientais das gerações do momento e seguintes.

Assim, o desenvolvimento sustentável subentende a busca de um modelo de desenvolvimento com capacidade para conceber riqueza e cooperar na melhoria da qualidade de vida da sociedade, abrangendo a luta contra as desigualdades sociais e pobreza, sem arriscar a qualidade do ambiente e sem despertar o esgotamento de recursos naturais, de maneira a certificar que as próximas gerações tenham um ambiente tão bom como o atual. Estamos perante uma definição atrativa e ambiciosa porém não podemos deixar surgir dúvidas na passagem à prática devido à variedade de esferas abrangidas para além da simples proteção do ambiente (Ferreira & Santos, 2007).

Em 1992, no Rio de Janeiro, durante a conferência das Nações Unidas, sobre o ambiente e desenvolvimento, a “Cúpula da Terra” como ficou conhecida, adotou a Agenda 21, documento que estabelece linhas de ação e estratégias, com intuito de combater a crise ambiental (ONUBR, 2014). Conferência esta que ficou conhecida como ECO-92 e onde foram criados alguns documentos importantes apontando a realização da proposta de desenvolvimento sustentável, destacando-se a “Carta da Terra”, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção Marco sobre Mudanças

Climáticas, a Declaração sobre Florestas e a Agenda 21, documento mais vasto que aborda diretrizes, guias detalhados para encaminhar governos, instituições das Nações Unidas e sectores independentes, assim como efetuar a proposta de propiciar o desenvolvimento com maior qualidade de vida através da proteção de ecossistemas, alterando a direção das atividades humanas no planeta (Ferreira & Santos, 2007).

Nas conferências realizadas pela ONU, a Segunda Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos (Istambul,1999); a Sessão Especial da Assembleia Geral sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Nova York, 1999); a Cúpula do Milênio (Nova York, 2000) e seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (cujo sétimo objetivo procura “Garantir a sustentabilidade ambiental”) e a Reunião Mundial de 2005, estão inseridos os princípios do Desenvolvimento sustentável (ONUBR, 2014).

Em 2002 a ONU promoveu em Joanesburgo na África do Sul, a Conferência da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) de forma a rever os acordos realizados pelos cerca de 180 países que participaram na Conferência do Rio de Janeiro em 1992. A Rio+10 teve como principal objetivo chamar atenção para a urgência e necessidade de cumprir as ações e promessas da Rio’92 (APA, 2014).

A Assembleia Geral declarou durante o período de 2005 a 2014 a Década da Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável com intuito de avançar o desenvolvimento de forma contínua. Esta década evidencia a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como a agência fundamental, para auxiliar as populações a desenvolverem atitudes, habilidades e conhecimento na tomada de decisão salvaguardando o presente e o futuro de forma a agirem conscientemente sobre essas decisões (ONUBR, 2014).

2.3 - Agenda 21

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, denominada Cimeira da Terra, da qual surgiu um importante discurso político ambiental sobre desenvolvimento sustentável. Com base em Álvares (2009), numa primeira fase, estabeleceu uma parceria

através da cooperação entre os Estados, sectores-chave das sociedades e os diferentes povos. Numa segunda fase organizou acordos que respeitassem os interesses de todos e salvaguardassem a integridade do sistema global de ambiente e desenvolvimento. Por fim, identificou a natureza integral e a interdependência do planeta. Da Cimeira da Terra há que destacar sete resultados importantes:

- ✓ A Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento
- ✓ A Convenção sobre a Diversidade Biológica
- ✓ A Comissão de Desenvolvimento Sustentável
- ✓ Um acordo para negociar uma convenção mundial sobre desertificação
- ✓ A declaração de Princípios para a Gestão Sustentável das Florestas
- ✓ A Agenda 21

A Agenda 21 é um documento que tem por objetivo comprometer cada país a refletir, global e localmente para que os governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade possam colaborar na resolução de problemas sócio ambientais (Arieiro, 2008).

Com o tempo, veio a revelar-se um importante instrumento de mudança, ao encorajar as administrações a selecionar estratégias integradas e sustentáveis de desenvolvimento. O seu conceito confirma a nível dos grupos locais os objetivos e os princípios patentes na Agenda 21 global aprovada na conferência das Nações Unidas. É um Plano de Ação a vários níveis cujos objetivos contribuem para um desenvolvimento, que vise integrar as necessidades de viabilidade económica, defesa do ambiente e melhorar as condições de vida da população (Schmidt, Nave & Guerra, 2005).

A Agenda 21, constituída por quarenta capítulos, é um plano de ação para o ambiente e desenvolvimento, e apresenta temas que afetam a relação entre o ambiente e a economia, como atmosfera, energia, desertos, oceanos, água doce, tecnologia, comércio internacional, pobreza e população. Está dividida em quatro seções (Amaral, 2008; Keating, 1993), as quais agrupam os capítulos, de acordo com os temas que abordam:

- Capítulos 1 a 8- Dimensões sociais e económicas- abordam políticas de âmbito internacional adequadas à implementação do desenvolvimento sustentável, das estratégias de proteção e promoção da saúde humana e de combate à pobreza, na alteração da produção e consumo, na integração ambiental e de desenvolvimento

em processos de decisão dos governos, na implementação de programas ambientais e de desenvolvimento local; incute-se a noção da interligação ambiental, social e económica;

- Capítulos 9 a 22- Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento- indicam a conservação e gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento, mencionando questões referentes à proteção da atmosfera, os resíduos e as substâncias tóxicas;
- Capítulos 23 a 32- Reforço do papel dos principais grupos envolvidos na concretização do desenvolvimento sustentável- apresentam as ações necessárias para incentivar a participação, principalmente das Organizações não-governamentais;
- Capítulos 33 e 40- Meios de Implementação- indicam os mecanismos financeiros e os instrumentos jurídicos essenciais para a implementação de projetos e programas de desenvolvimento sustentável, como o acesso à tecnologia e educação, a disponibilização de informação necessária para o processo de tomada de decisão.

Este documento foi aprovado e assinado por 179 países, que se comprometeram a respeitar os seus termos, que incentivam cada país a refletir, global e localmente, para que as empresas, governos, organizações não-governamentais, entre outras entidades da sociedade possam contribuir para encontrar soluções para os problemas sócio ambientais. Com isso, a Agenda 21 consiste numa estratégia de mudança que leva a sociedades mais sustentáveis. Por outro lado, os seus objetivos baseiam-se no controlo de padrões de produção e consumo que diminuam as pressões ambientais, atendendo às necessidades da humanidade (Gadotti, 2002).

O capítulo 28 da Agenda 21 refere que é ao nível local, através da participação e cooperação das autoridades locais, que se encontram os problemas e as soluções que levam à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como é um fator determinante na prossecução dos seus objetivos (Craveiro, 2008). Assim, as autoridades locais de cada país devem desenvolver com as suas populações um processo consultivo e consensual, de forma a promover uma adaptação local da Agenda 21 para cada comunidade (Tavares, 2009).

A Agenda 21 leva à implementação do conceito de desenvolvimento sustentável num território específico, na expectativa de que as autarquias trabalhem para esse fim, em conjunto com todos os atores da comunidade (cidadãos, empresas, associações, grupos de interesse). O sucesso destes intentos depende da preparação e gestão sustentável dos recursos ambientais, da preservação e precaução na gestão ambiental, da participação e empenhamento das comunidades locais, da partilha de responsabilidades, da equidade e do aumento cultural comunitário (Schmidt, Nave & Guerra, 2005).

Com base em Tavares (2009), pode ler-se no documento da Agenda 21, Capítulo 28:

Devido ao facto de muitos problemas e soluções abordados na Agenda 21 terem as suas raízes em atividades locais, torna-se um fator determinante para o cumprimento dos seus objetivos a participação e cooperação dos poderes locais. Os poderes locais criam, dirigem e mantêm infraestruturas económicas, sociais e ambientais, supervisionam processos de planeamento, estabelecem políticas e normas de ambiente locais e participam na implementação nacional e sub-nacional de políticas ecológicas. Como nível de governação mais próximo das pessoas, eles desempenham um papel vital na educação, mobilizando e respondendo ao público para promover o desenvolvimento sustentável. (p. 9)

A Agenda 21 é um documento de estratégia a nível global, nacional e local, onde todas as nações devem estar incluídas, num programa de colaboração entre os países ricos e pobres de forma a encontrar soluções para os problemas globais (Amaral, 2008).

Foi a partir do mote “Pensar Globalmente, Agir Localmente” que surge o conceito de Agenda 21 Local. Consiste num processo participativo e multisectorial, que permita executar os objetivos da Agenda 21 global, mas ao nível local, com a elaboração e implementação de um Plano de Ação estratégico a longo prazo, promovendo o desenvolvimento local, onde a comunidade, juntamente com o poder político, identifica as dificuldades e prioridades locais (Schmidt, Nave & Guerra, 2010).

A Agenda 21 incentiva a participação e o envolvimento de todos, mas cabe às autoridades locais o dever de iniciar um diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas com intuito de elaborar uma Agenda 21 Local. Para isso é necessário uma consulta de consenso aos agentes da comunidade de forma a adquirir os instrumentos necessários para formular estratégias que levem ao desenvolvimento sustentável da região (Sousa, 2009).

Nesse sentido, a Agenda 21 Local surge como um projeto de ação em constante negociação e redefinição, ajustando os objetivos e os meios necessários que permitam formas mais sustentáveis de desenvolvimento local (Schmidt, Nave & Guerra, 2005).

Para reforçar esta ideia, o International Council for Local Environment Initiatives (ICLEI) definiu Agenda 21 Local como um:

Processo participativo, multissetorial, cuja implementação assenta num plano de ação congregando as prioridades locais. Sendo um processo estratégico e de longo prazo, conduzido pelos executivos municipais, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades e integrando as vertentes social, económica e ambiental, assenta numa microestrutura física e com administração própria, agendando os problemas locais a longo prazo e criando uma visão sustentável para o futuro da comunidade. (Álvares, 2009, p. 17)

Com base no mesmo autor, a Agenda 21 Local está inserida numa dinâmica territorial que se pretende, a um tempo:

- Flexível- concebido através das realidades locais particulares e contextualizadas, num processo onde ganham competência as necessidades, as potencialidades e os objetivos específicos das comunidades;
- Cooperante- inclui a disposição de competências anteriormente exclusivas dos serviços técnicos, numa visão de parceria e cooperação com instituições locais e cidadãos, visando a convergência de valências e sinergia para otimizar as intervenções e os investimentos.
- Participativo- recorre à participação comunitária à sua responsabilização, leva à negociação e discussão de diferentes ideias, com objetivo da complementaridade e multidisciplinariedade entre desconhecedores e técnicos especializados.
- Pedagógico- motiva para a difusão de uma cultura de sustentabilidade, difundindo uma interlocução notória e proveitosa entre decisores políticos e cidadãos.
- Dinâmico- está sujeito a constantes modificações e adaptações a condições locais específicas, desenvolve-se por períodos em volta de objetivos pré-definidos conseguintes dos acordos acertados inicialmente.

Na implementação da Agenda 21 Local não há uma metodologia única e rigorosa a adotar, devido ao carácter flexível e dinâmico dos processos. Podem, segundo (Schmidt,

Nave & Guerra, 2005) considerar-se cinco etapas estratégicas (Quadro1) para obter os objetivos pretendidos.

Quadro 1- Etapas estratégicas na implementação dos objetivos para a Agenda 21 Local (adaptado de Schmidt, Nave & Guerra, 2005).

Parcerias	Determinação de um sistema organizacional para o planeamento, composta por fornecedores e utilizadores de serviços e apresentação de uma visão repartida e consensual do futuro;
Análise de questões numa base comunitária	Reconhecimento dos temas que devem ser discutidos para chegar à visão comunitária, tal como a avaliação pormenorizada das dúvidas e questões prioritárias;
Plano de ação	Concordância de objetivos, determinação de incentivos e criação de acordos e planos para atingir estes alvos, originando a sua formalização no Plano de Ação;
Implementação e Monitorização	Produção de parcerias organizacionais para execução e sistemas de administração interna para a aderência municipal, bem como a monitorização das atividades e modificações nos afazeres;
Avaliação e Feedback	Elaboração de atividades cíclicas com suporte em indícios de desempenho, com respetiva propagação de resultados a fornecedores e utilizadores dos serviços, fazendo repetidamente uma análise das questões indicadas.

Para finalizar, a Agenda 21 Local não é um processo estático, exige a cooperação das autoridades locais bem como de todos os sectores da sociedade na construção de um Plano de Ação de longo prazo, tendo por objetivo alcançar comunidades mais sustentáveis.

2.4 - Participação e Envolvimento das Comunidades

Foi na Declaração do Rio em 1992 que surgiu a noção da importância do papel das sociedades civis em relação ao ambiente. O Princípio 10 da Declaração do Rio refere que a participação de todos os cidadãos é a melhor maneira de resolver questões ligadas ao ambiente. Assim, ao nível nacional cada indivíduo deve ter acesso à informação relativa ao ambiente e a atividades que tenham impacto ambiental negativo, que leve à participação pública em processos de tomada de decisão. É então essencial o incentivo e a sensibilização para a participação do público, bem como a disponibilização de toda a informação por parte do Estado (Soares, 2008).

A Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis veio fortalecer a participação pública bem como o estabelecimento de acordos e parcerias. A carta de Aalborg (1994), o Plano de Ação de Lisboa (1996) e a Declaração de Hanôver (2000) resultaram das conferências de campanha da “cidades sustentáveis” cada uma com um resultado diferente, mas ambas com intuito de reforçar a cooperação concertada, o acesso à informação, a participação nas ações de tomada de decisão e a responsabilidade de todos os atores envolventes para alcançar o desenvolvimento sustentável local (Sousa, 2009).

A 25 de Junho de 1998, na cidade dinamarquesa de Arhus, realizou-se a Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (Convenção de Arhus) que teve como objetivo garantir o direito dos cidadãos no acesso à informação, à participação do público em processos de decisão e ao acesso à justiça em matéria do ambiente. Assim, esta convenção relaciona os direitos ambientais e os direitos humanos, garantindo que o desenvolvimento sustentável só é atingido com o envolvimento de toda a comunidade (público e as autoridades num contexto democrático). A convenção de Arhus não é apenas um acordo internacional relacionado com o ambiente, mas também conta com princípios de responsabilização, transparência e credibilidade que se justapõem tanto aos indivíduos como às instituições (Marcelino, 2012).

Para reforçar a ideia transcrita anteriormente e tendo como referência Soares (2008), o Instituto do Ambiente em 2005 elabora o 1º Relatório Nacional à Convenção de Arhus, onde refere que é importante que o público “participe na preparação de planos, programas e políticas relativas ao ambiente, bem como na elaboração de regulamentos e diplomas legais com impacte significativo no ambiente”.

A Agenda 21 Local dá ênfase à participação, envolvimento e planeamento estratégico da comunidade local, de forma a melhorar a qualidade de vida. A participação das autoridades locais, das organizações não-governamentais, dos empresários, das mulheres, das crianças, dos jovens das populações indígenas, dos trabalhadores, dos sindicatos apresentam um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável evitando a destruição do ambiente e alcançando formas de reverter a pobreza (Kohier, 2003).

Com base num documento da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), o capítulo 28 da Agenda 21 refere que “Cada autoridade local deve iniciar um diálogo com seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e aprovar uma “Agenda 21 Local”. Por meio de consultas e da promoção de consenso, as autoridades locais ouvirão os cidadãos e as organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais locais, obtendo assim as informações necessárias para formular as melhores estratégias.” Com isto, podemos verificar que a Agenda 21 Local é um processo de planeamento de políticas públicas que engloba a sociedade civil e o governo num processo participativo, proporcionando soluções nos problemas ambientais, sociais e económicos através de ações que levem ao desenvolvimento sustentável (Ministério do Meio Ambiente, 2014).

As autoridades locais têm como papel fundamental, educar e mobilizar as comunidades para um desenvolvimento local, pois são o governo mais próximo da comunidade e o dos seus problemas. É através da mudança de comportamentos, atitudes e padrões de consumo individuais que o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade local podem ser atingidos (Sousa, 2009). Para isso é necessário que cada autoridade local convoque os cidadãos, as organizações locais e as empresas privadas, com intuito de aprovar a Agenda 21 Local. Através das consultas e de um consenso, as autoridades receberiam contribuições de todos os agentes da comunidade com intuito de obter estratégias para a região, aumentando assim a consciência sobre os problemas ambientais e questões sobre o desenvolvimento sustentável. Deveriam ser avaliados e modificados os programas, as políticas, a legislação e as regulamentações das autoridades locais para alcançar os objetivos da Agenda, ampliando-se assim novas estratégias para apoiar propostas vindouras (Naciones Unidas, 1998).

A participação da comunidade tem limitações, em termos de conhecimento, capacidade tempo e recursos. Para formularem opinião, as pessoas necessitam de ter conhecimento da matéria e acesso à informação. Assim os cidadãos necessitam, de um nível de competência quando debatem temas relacionados com questões de desenvolvimento sustentável. Pois, na generalidade não se sente responsável no processo de tomada de decisões e apenas se relaciona com os seus interesses imediatos. Com isto, a participação é dominada por alguns atores que apresentam energia, conhecimento e tempo nas deliberações, não sendo representativa para a totalidade da população. Por

fim, a participação deve ser vista como um complemento e não como uma permuta de estratégias convencionais (Álvares, 2009).

2.5 - Agenda 21 na Europa

A Agenda 21 local à escala europeia tem vindo a ganhar maior destaque. No tratado de Maastricht foi proclamado o uso do desenvolvimento sustentável, salientando a necessidade de inserção dos objetivos ambientais bem como da intervenção da sociedade na realização das políticas comunitárias. Assim, a Comissão Europeia decidiu criar em 1991 um Grupo de Peritos de Ambiente Urbano que levou à criação da primeira fase do projeto das Cidades Sustentáveis (Schmidt, Nave & Guerra, 2005).

Na Europa, realizou-se a 1ª Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis em Maio de 1994 na cidade de Aalborg, na Dinamarca, que deu início à campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, cujo objetivo foi promover a cooperação entre as cidades, com intuito de desenvolver os Planos de Ação da Agenda 21 locais. Nesta conferência foi aprovado um documento de referência deste movimento, a Carta de Aalborg. Este documento apresenta um conjunto de valores e estratégias para o desenvolvimento sustentável em zonas urbanas e elucida a necessidade que a divulgue, publicite e apoie na inserção das políticas de sustentabilidade local (Sousa, 2009).

Em outubro de 1996, ocorreu em Lisboa a 2ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, contou com a participação de mil representantes das autoridades locais e regionais da Europa. Nesta conferência foi analisado o progresso da primeira Conferência, realizada em Maio de 1994 em Aalborg bem como a situação de 35 países que aderiram à implementação da Agenda 21. Desta conferência surgiu o Plano de Ação de Lisboa (Da Carta à Ação) que apresenta em ações concretas os princípios da Carta de Aalborg. Assim, com a assinatura desta carta, surgiu um compromisso de forma a obter um consenso nas comunidades locais sobre um plano de ação a longo prazo que leve à sustentabilidade (Sustainable Cities Platform, 2014).

A 3ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas realizou-se a Fevereiro de 2000, em Hannover, apresentou um conjunto de diferentes Indicadores Comuns Europeus, incentivando a sua adoção pelas comunidades locais. Esta iniciativa destina-se a

contribuir nos esforços das autoridades locais para alcançar o Desenvolvimento Sustentável e a contribuir com informações claras sobre o desenvolvimento da sustentabilidade a nível Europeu (Lopes, 2013).

Em Junho de 2004, deu-se a 4ª Conferencia Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis em Aalborg, celebrada após dez anos da Carta de Aalborg, ficando conhecida por “Aalborg +10 Inspirações para o Futuro”. Desta conferência surgiram os Compromissos de Aalborg (Quadro 2) ferramenta importante para cidades, regiões, municípios e autoridades locais onde a mudança de atitudes leve ao Desenvolvimento Sustentável (Sousa, 2009).

Quadro 2- Compromissos de Aalborg (adaptado de Garzillo & Kuhn, 2007).

• Governar
• Gestão local para a sustentabilidade
• Bens comuns naturais
• Consumo responsável e opção no estilo de vida
• Planeamento e projeto
• Melhor mobilidade no tráfego
• Ação local para a saúde
• Economia local dinâmica e sustentável
• Equidade e justiça social
• Do Local para o Global

Os Compromissos de Aalborg representam um conjunto de metas na escolha de prioridades (Quadro 3), tendo em conta as necessidades locais, adotando assim um processo participativo (Álvares, 2009).

Quadro 3- Metas estabelecidas no compromisso de Aalborg (adaptado de Schimdt, Nave & Guerra, 2005).

I	Revisão da situação atual, abrangendo o contexto e as convenções políticas adquiridas e os desafios propostos;
II	Estabelecer um conjunto de processos, que incentive a população a participar nos processos de decisão;
III	Definir estratégias prioritárias em diferentes áreas (saúde, equidade social, consumo responsável, planeamento, mobilidade, governação)

IV	Inventariação de instrumentos de controlo, impondo um plano de divulgação e informação que identifique os progressos atingidos e as dificuldades encontradas.
-----------	---

Em 2007, realizou-se a 5ª Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis em Sevilha onde saiu o “Espírito de Sevilha”, a confirmação sobre o compromisso dos governos locais tanto com o desenvolvimento sustentável como com os compromissos de Aalborg. Neste mesmo ano o ICLEI lançou um guia sobre a implementação dos Compromissos de Aalborg, com intuito de apoiar os signatários na implementação da Agenda 21. A 6ª Conferência foi organizada pelo Conselho de Metropolitano de Dunkerque, pelo ICLEI e coorganizada por todos os sócios da campanha Europeia das cidades e comunidades sustentáveis, realizou-se em França, em 2010, ficando conhecida por Declaração Dunkerque 2010 – Sustentabilidade Local e o Apelo de Dunkerque 2010- Ação pelo Clima. Esta teve como objetivo garantir que todos os cidadãos possam viver num estilo de vida de baixo carbono, criando comunidades sustentáveis, inovadoras e de inovação, criando assim as cidades num lugar melhor para se viver (Sustainable Cities Platform, 2014).

2.6 - Agenda 21 em Portugal

Em 1992, Portugal copiou os princípios da Agenda 21 adotados na Conferência do Rio, organizando uma Agenda Temática e uma Agenda Programática, envolvendo os organismos administrativos bem como os principais parceiros sociais. Com isto, o desenvolvimento sustentável passou a ganhar um maior interesse por parte dos líderes políticos e das Organizações Não Governamentais da área do ambiente. Posto isto, a Administração Central do Estado Português e as organizações representativas dos municípios portugueses não fizeram esforços para adotar na prática os princípios da sustentabilidade pois estamos perante um processo longo e complexo e não simples (Álvares, 2009).

Com base em Sousa (2009), a implementação da Agenda 21 em Portugal tem sido lenta e tem um longo caminho a percorrer. Mas existem alguns estudos sobre a sua evolução. Carter e outros (2000), citado em Sousa (2009), faz referência a um questionário desenvolvido no ano de 1997 aos municípios portugueses, no qual se verificou que a

maioria não tinha implementado a Agenda 21 Local, as Organizações Não Governamentais tinham um papel passivo e os cidadãos não tinham informações necessárias sobre o processo e as suas repercussões.

Em 2003, Quentel e Silva (2003), citados em Craveiro (2008), fazem referência a um inquérito realizado em 2002 aos municípios portugueses, cujo objetivo passou por avaliar as políticas ambientais locais, verificar e caracterizar o progresso e a implementação da Agenda 21 Local em Portugal. Este estudo terá concluído que a sua implementação ainda estava a iniciar, mas o interesse e a tomada de consciência das autoridades locais pelo assunto e pela sua implementação a curto prazo tinha aumentado. Um outro inquérito, realizado em 2002 por Schmidt, Nave & Guerra (2005) indica a existência de treze municípios com Agenda 21 Local e vinte e três com um Plano Ambiental Local.

A Universidade de Aveiro realizou um estudo recente, em que envolveu 57% dos municípios portugueses e verificou uma realidade diferente. Ou seja, oitenta e seis municípios estão envolvidos no processo da Agenda 21 Local e sete em planos Municipais de Ambiente. Nos processos de Agenda 21 Local, seis estão a ser desenvolvidos a nível regional, envolvendo quarenta e sete municípios (um deles espanhol). Nesses processos 51% são desenvolvidos por municípios com menos de vinte mil habitantes e distantes de cidades pioneiras. Outro dado interessante neste estudo foi que a participação das comunidades locais aumentou principalmente em municípios com baixa densidade populacional. A participação superou as expectativas, contradizendo a crença de que os portugueses são adversos a processos de participação pública (Sousa, 2009).

O mesmo autor refere que a partir de 2005, em Portugal houve um aumento significativo de processos de Agenda 21 Local nos municípios portugueses. Apesar da carência de campanhas nacionais e do apoio do governo central, a sua implementação parte de iniciativas de municípios com menos população, menos pressões ambientais e com maiores problemas sociais e económicos. As Associações de Municípios têm impulsionado a implementação da Agenda 21 em Portugal, fornecendo informações, apoio técnico e financeiro (através de fundos comunitários) às autoridades locais, permitindo assim, a criação de plataformas de interação intermunicipal.

Em 2007, os municípios portugueses não tinham um modelo de como construir a Agenda 21 Local. O Ministério do Ambiente, em março do mesmo ano, e através da Agência Portuguesa de Ambiente, divulga um “Guia Agenda 21 Local- Um desafio para todos” para consulta pública, cujo objetivo é apoiar as entidades que têm em curso ou pretendem desenvolver iniciativas desta natureza, no sentido de controlarem os seus processos tendo em conta o conceito de melhoria contínua (Silva & Gonçalves, 2013).

O mesmo autor refere que em 2009 foi realizado um balanço sobre a implementação da Agenda 21 Local em Portugal, onde 118 municípios e 21 freguesias referiam ter em curso o processo, em 2011 e durante a conferência GLOCAL 2011 foram divulgados dados recolhidos pelo Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa em que mostraram que 23 dos 167 processos deixaram de ter existência significativa, reportando ainda que apenas 49 publicaram o processo.

3 - Metodologia

A Agenda 21 é um processo consultivo e consensual, onde o papel das autoridades locais de cada país é importante para mobilizar a comunidade, pois é a entidade mais próxima dos seus problemas, dos seus interesses e soluções. A participação e o envolvimento da comunidade na construção da Agenda 21 a nível local é a ligação fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável, assim é fundamental que as autoridades locais se mantenham informadas de forma a educar e a sensibilizar as suas comunidades em assuntos desta natureza (W.C.E.D., 1991).

Neste capítulo apresenta-se a metodologia utilizada, bem como o modo como será feito o tratamento dos resultados. Assim, o mesmo divide-se em duas secções, sendo elas: (i) natureza do projeto; (ii) técnicas e instrumentos utilizados para recolha de dados.

Este projeto assume uma metodologia qualitativa, pois segue uma perspectiva descritiva e interpretativa, indo ao encontro do que afirmam Bogdan e Biklen (1994) quando referem que, nesses casos, a metodologia segue os parâmetros de uma compreensão de comportamentos e experiências humanas. Da mesma maneira, Mazzotti e Gewandsznajder (1999, citados em Fischer, 2006) referem que a principal característica da metodologia qualitativa parte do pressuposto de que as pessoas agem em função das crenças, perceções, sentimentos e valores, mas que o seu comportamento não se reconhece de imediato. Assim, de acordo com estes autores, é fundamental o contacto direto e prolongado com o caso em estudo, para se captar os significados dos comportamentos observados.

Por outro lado, a colocação no terreno do processo elaboração de uma Agenda 21 Local está de acordo com Aires (2011), quando o mesmo refere que nas metodologias qualitativas os processos não são lineares ou sequenciais, mas, pelo contrário, desencadeiam-se interactivamente, pois existe em cada momento uma relação entre o modelo teórico, a estratégia de pesquisa, os métodos de recolha e análise da informação, a avaliação e a apresentação dos resultados de toda a pesquisa.

3.1 - Natureza do projeto

O projeto aqui apresentado consiste na de elaboração de um Plano de Ação que permita concretizar a Agenda 21 Local no concelho de Alfândega da Fé. Nesse sentido, este trabalho seguiu uma metodologia que teve por base a auscultação da comunidade, de forma a identificar os principais problemas sentidos, assim como as oportunidades do concelho. Da comunidade Alfandeguense, pressupunha-se a participação, não só do executivo camarário, mas também de todos os outros agentes, enquanto representantes de entidades com atividade no concelho, sendo este o ponto crucial para o sucesso do projeto.

A Agenda 21 Local consiste num processo de implementação contínua, estabelecendo metas necessárias para conhecer a realidade de um território específico, ou seja, identificar as fragilidades e potencialidades do mesmo, com o intuito de definir objetivos e estratégias de ação que levem à implementação do conceito de desenvolvimento sustentável (Silva & Gonçalves, 2005).

O International Council for Local Environment Initiatives (ICLEI, 2001) salienta que a implementação da Agenda 21 Local “assenta num plano de ação congregando as prioridades locais. Sendo um processo estratégico e de longo prazo, conduzido pelos executivos municipais, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades e integrando as vertentes social, económica e ambiental, assenta numa microestrutura física e com administração própria, agendando os problemas locais a longo prazo e criando uma visão sustentável para o futuro da comunidade” (Álvares, 2009, pág. 17).

Posto isto, é necessário que as autarquias, em conjunto com todos os atores da comunidade (cidadãos, empresas, associações, grupos de interesse) estabeleçam objetivos e estratégias que levem ao aumento de qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável da região.

3.2 - Técnicas e instrumentos para recolha de dados

Na implementação da Agenda 21 os promotores devem, estabelecer, documentar, implementar, manter e melhorar de forma contínua o desenvolvimento sustentável local (Cupeto e Marcos, 2007).

Com base em Schmidt, Nave & Guerra (2005), existe um modelo de seis etapas para a implementação da Agenda 21 Local. Assim, é necessário:

- Conhecer os procedimentos de planificação, a estrutura financeira os planos e programas existentes;
- Identificar através de consulta pública as fragilidades, potencialidades e as suas causas;
- Definir juntamente com a comunidade o conceito de coletividade sustentável;
- Examinar e avaliar diferentes estratégias que levem ao desenvolvimento da região;
- Estabelecer um plano local de ação com objetivos avaliáveis;
- Planificar a implementação do plano, através da realização de um calendário, atribuindo e precisando as responsabilidades.

Indo ao encontro do que nos referem Cupeto e Marcos (2007), no “Guia Agenda 21 Local um desafio para todos” devemos considerar os seguintes passos:

- Efetuar um “diagnóstico sustentável”, com intuito de caracterizar o território quanto ao desenvolvimento sustentável, identificar as fragilidades e as potencialidades e avaliar o impacto da atividade humana;
- Adquirir uma “visão estratégica” para definir caminhos de sustentabilidade local;
- Estruturar uma “política de sustentabilidade local” onde estejam definidos os objetivos e as metas a alcançar;
- Propor um “planeamento do sistema de sustentabilidade local”, realizando para o efeito um fórum participativo com todas as partes interessadas (diferentes grupos), no qual se apresenta um plano de ação, para o qual se solicita a participação pública para a revisão do mesmo, o qual, depois de aprovado, será disponibilizado a toda a comunidade;
- Implementar o Plano de Ação.

Outros autores, porém, como Farinha (2005, citado em Sousa, 2009), consideram que todo este processo pode ser sintetizado em apenas quatro etapas até à implementação da Agenda 21 Local:

- Definição dos objetivos e das estratégias;
- Elaboração do plano de ação e identificação das ações prioritárias;
- Desenvolvimento de estratégias e tomada de decisões para a implementação das ações no terreno;
- Avaliação dos resultados alcançados em comparação com as metas e os objetivos pré-definidos, possibilitando a aprendizagem dos atores envolvidos, aumentando o seu conhecimento.

No Plano de Ação da Agenda 21 Local de Bragança, foram utilizadas três fases para a realização do projeto (Figura 2): a primeira fase consistiu num diagnóstico técnico onde identificaram as fragilidades do município, através de um debate com participação pública, e estabeleceram metas para os ultrapassar; a segunda fase consistiu na elaboração do Plano de Ação, onde sintetizaram as principais orientações públicas, bem como projetos ou ações municipais a curto ou a longo prazo; por fim deu-se a elaboração do Plano de seguimento, que tem como intuito estabelecer mecanismos de controlo das ações propostas no Plano de Ação (Câmara Municipal Bragança, 2008).

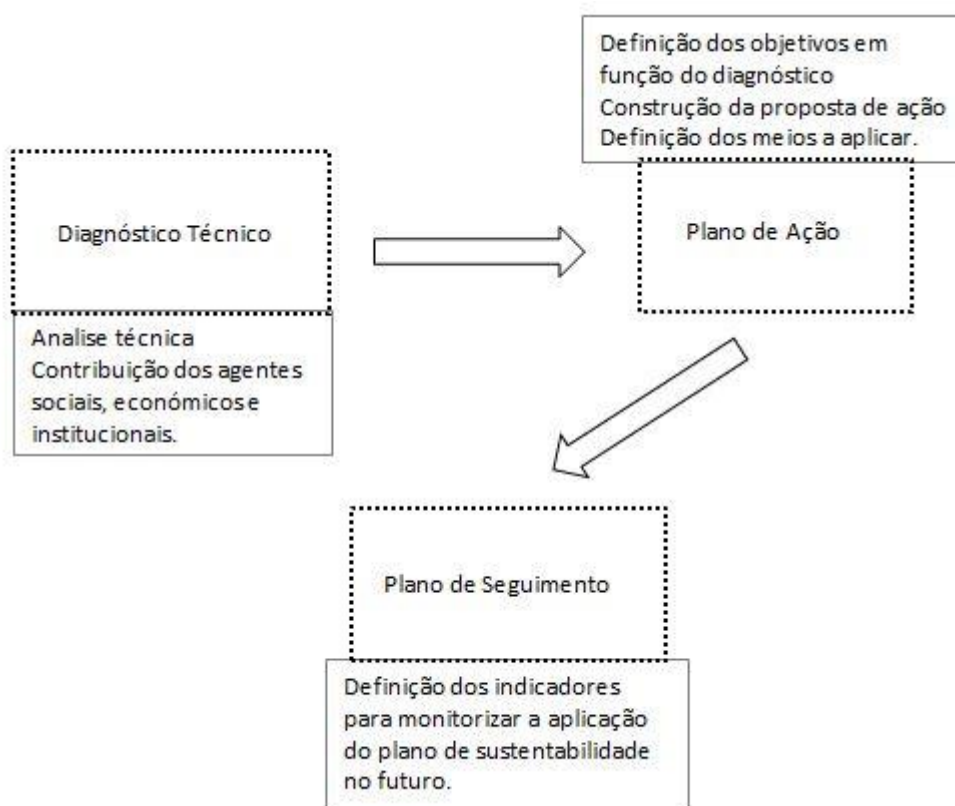


Figura 2- Fases de desenvolvimento da Agenda 21 Local de Bragança (Câmara Municipal de Bragança, 2008).

A mesma instituição defende ainda que, para além destas três fases, é necessário desenvolver atividades complementares ao nível da comunicação e sensibilização ambiental, de forma a divulgar os objetivos, as ações e as metas a atingir a toda a população local, para que a mesma se envolva e contribua ativamente para a evolução do processo.

Os Planos de Ação das Agendas 21 Local da Maia, Mindelo e Loures seguem o mesmo método adotados no caso de Bragança, apesar de serem utilizadas quatro fases para a sua realização. Nestes casos, a primeira fase também consistiu no planeamento do projeto, de forma a conhecer os objetivos do estudo, seguindo-se depois o diagnóstico das fragilidades e das potencialidades e, numa terceira fase, ocorre a elaboração da Agenda 21 Local, onde são apresentados os parceiros, apresentadas as ações do Plano de Ação e discutidos os seus resultados. Por fim, o Plano de Ação é ainda sujeito a uma avaliação e revisão, para dar continuidade ao projeto a longo prazo, de forma a haver participação pública (Câmara Municipal da Maia, 2009; Fidélis & Pinho, 2004; Marques, 2007).

Existem, portanto, diferentes fases para a implementação da Agenda 21 Local, as quais devem ter sempre por base o diagnóstico da realidade local, a participação estratégica dos agentes ativos da comunidade e a sensibilização da população.

Na implementação da Agenda 21 Local no concelho de Alfândega da Fé, foi utilizada a análise “SWOT”, pois permite seguir todos os passos para a implementação da mesma.

A análise SWOT (Figura 3) é uma ferramenta de trabalho, em que a sigla representa em inglês Strengths (pontos fortes), Weaknesses (pontos fracos), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). Os pontos fortes e os pontos fracos representam os fatores internos, as oportunidades e as ameaças representam os fatores externos. As oportunidades apresentam as forças externas que podem influenciar positivamente a organização. Por sua vez, as ameaças indicam as forças externas que não estão sobre a nossa influência, mas que pesam negativamente na organização (Silva, 2013).

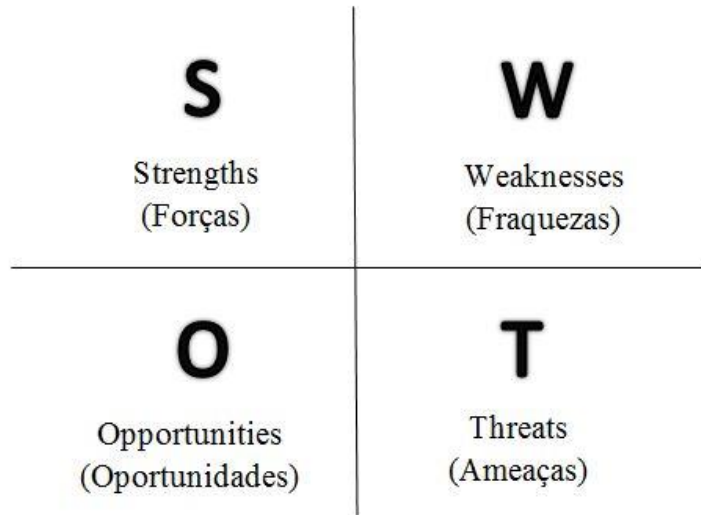


Figura 3- Componentes da análise SWOT.

Assim, análise SWOT é utilizada para identificar e categorizar significativamente fatores internos (Forças e Fraquezas) e externos (Oportunidades e Ameaças) (Figura 4), face a um país, uma região ou uma cidade. Tem por objetivo fornecer informações sobre os recursos de uma comunidade, bem como sobre as potencialidades do ambiente físico, social, político e económico em que se atua. Esta metodologia deve ser vista como parte dinâmica de um processo de gestão, planeamento e desenvolvimento e não como um método estático (Center for building better communities, 2007).

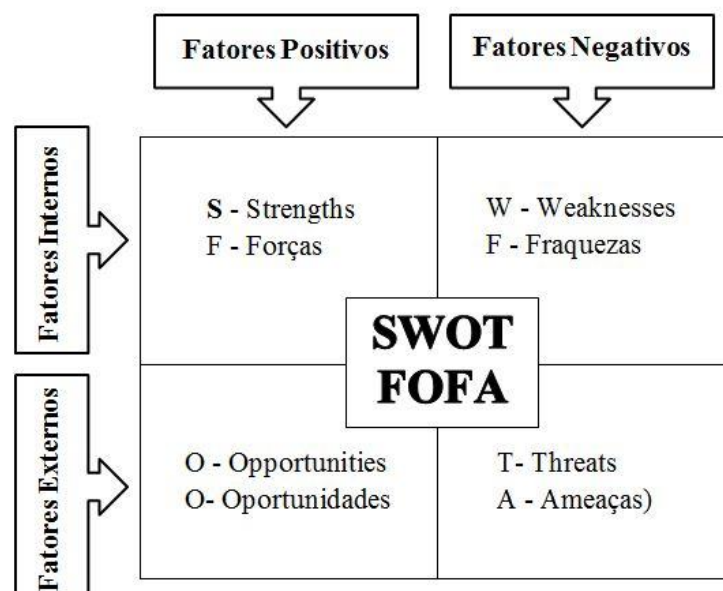


Figura 4- Fatores internos e externos em que se baseia a análise SWOT

A análise interna está associada ao estudo dos principais aspetos que distinguem a organização ou o produto dos seus concorrentes. Conduz, assim, a um conjunto de decisões, que a empresa pode orientar à medida que vai avaliando a sua concretização. Ou seja:

- Pontos fortes - correspondem a vantagens internas da organização em relação aos seus concorrentes;
- Pontos fracos - correspondem às desvantagens internas da organização em relação aos seus concorrentes.

A análise externa está associada às perspetivas de progresso do mercado onde a organização atua, ou de desenvolvimento de uma comunidade. Essas oportunidades são provenientes dos fatores do mercado e do meio envolvente, ou seja, apresenta decisões e circunstâncias fora do controlo direto da organização. Assim, podemos sistematizar, dizendo que:

- Oportunidades - indicam aspetos positivos da envolvente, que poderão produzir resultados positivos na organização;
- Ameaças - indicam aspetos negativos da envolvente, que podem ter impacto no negócio da organização.

O objetivo da análise SWOT é auxiliar na definição das estratégias, de forma a manter os pontos fortes, diminuir a intensidade dos pontos fracos, aproveitando as oportunidades e defendendo-se das ameaças (Silva, 2013).

Com base no mesmo autor, o que se pretende é definir as ligações existentes entre os pontos fortes e os pontos fracos do concelho, e de cada freguesia, com as principais tendências que se verificam, ao nível da conjuntura económica, social, cultural e ambiental. Esta metodologia é também conhecida como o modelo de Harvard.

Para a implementação da Agenda 21 Local no concelho de Alfândega da Fé, solicitou-se apoio à Câmara Municipal de Alfândega da Fé, visto ser a entidade de governo mais próxima da comunidade.

A execução deste projeto divide-se em diferentes fases, todas elas interligadas. Assim, numa primeira fase realizou-se um pré-diagnóstico do contexto, o qual permitiu

conhecer as potencialidades e as fragilidades do mesmo. Este levantamento foi feito por diálogo informal com diversos membros da comunidade local (Anexo I). Nele foram inseridos os temas “Desenvolvimento Local”, “Qualidade de vida” e “Sustentabilidade” no concelho de Alfândega da Fé, para que a obtenção de informações fosse mais rica.

Após o preenchimento da grelha de recolha de dados, com as informações e sugestões que a população transmitiu sobre fragilidades e potencialidades do concelho, decidiu-se trabalhar o tema sobre qualidade de vida. Assim, realizou-se um guião com base nas potencialidades e das fragilidades identificadas pelos participantes nessa primeira fase e focado em três questões fundamentais:

1. Quais os indicadores de qualidade de vida no concelho de Alfândega da Fé?
2. O que poderia levar a um melhor desenvolvimento do concelho?
3. O que pretendem do concelho de Alfândega da Fé daqui a dez ou vinte anos?

Seguidamente, foram agendadas diversas saídas de campo, onde foram abordados diferentes atores, com atividades e funções diversificadas na comunidade e com uma classe etária variada, para discutir os temas em questão.

Com as questões formuladas, realizaram-se entrevistas à população em geral, ao longo das quais se recolheu toda a informação necessária para dar continuidade à implementação da Agenda 21 Local (Anexo II).

A segunda fase deste projeto consistiu em identificar os principais agentes da comunidade que mais contribuem para a dinamização do concelho de Alfândega da Fé, com o intuito de realizar fóruns para debater as potencialidades, as fragilidades e as suas causas, bem como as oportunidades e as ameaças que possam eventualmente surgir (Análise SWOT). Nesse sentido, solicitou-se ao Município auxílio para a preparação dessa lista, bem como na divulgação dos fóruns.

Ocorreram duas reuniões com a presidente da Câmara Municipal, Doutora Berta Nunes e com os colaboradores do projeto, onde se discutiram todos os apoios necessários para se desencadear o processo de elaboração da Agenda 21 Local. Foram também escolhidos os principais agentes da comunidade e organizada uma lista (Quadro 4) com os mesmos. Por fim acertou-se a data, a hora e o local da realização da reunião.

Quadro 4- Lista dos agentes da comunidade convidados para a primeira reunião.

Área Económica e Cultural
✓ Associação de Comerciantes de Alfândega da Fé;
✓ Mapa Aventura;
✓ Ferreira & Bebiano, Lda.;
✓ Probloc- Sociedade Industrial e Comercial de Blocos de Cimento, Lda.;
✓ Fernando Joaquim Vilares;
✓ Estalagem Nossa Senhora da Neves;
✓ Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé;
✓ M. C. Rabaçal & Aragão, Lda.;
✓ Amendouro - Comércio e Industria de Frutos Secos, Lda.;
✓ Centro Cultural Mestre José Rodrigues;
✓ Banda Municipal de Alfândega da Fé;
✓ Grupo de Cantares de Alfândega da Fé;
✓ Carlos Alberto Rocha.
Área Educativa e de Assistência
✓ Agrupamento Vertical de Escolas do concelho de Alfândega da Fé;
✓ Centro de Saúde de Alfândega da Fé;
✓ Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé;
✓ LEQUE- Associação de Pais e Amigas de Pessoas com Necessidades Especiais;
✓ Biblioteca Municipal;
✓ Associação Promoção de Bem-estar;
✓ Associação Recreativa Alfundeguense;
✓ Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé;
✓ Guarda Nacional Republicana;
✓ Cruz Vermelha Portuguesa- Núcleo de Alfândega da Fé;
✓ Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé;
✓ Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR (GIPS).

Com a lista dos diferentes agentes completa, elaborou-se um ofício circular (Anexo III) com o convite para a participação, e um correio eletrónico com toda a informação necessária sobre o conteúdo a debater no fórum. Este convite foi enviado pelo Gabinete de Apoio ao Executivo (GAE) aos diferentes representantes da comunidade já identificados na lista anterior.

Nesta mesma fase foi criado um guião (Anexo IV) que serviu de apoio no decorrer do debate, contendo as potencialidades e as fragilidades do concelho e as respetivas causas, identificadas no diagnóstico inicial, assim como os objetivos do projeto, o conceito de coletividade sustentável e identificação de diferentes estratégias para o desenvolvimento sustentável do concelho.

Para recolher os dados foram utilizados diferentes instrumentos, de forma a obter o máximo de informação, possibilitando um maior cruzamento de dados. Nesta fase foram utilizados: 1) um guião estruturado para acompanhar o desenvolvimento do debate; 2) um diário de bordo para registar as notas e observações; 3) uma máquina fotográfica para ter registo visual.

Os resultados obtidos durante a reunião foram posteriormente analisados, de acordo com a análise SWOT e, numa terceira fase, foi criado um Plano de Ação com as propostas resultantes da análise dos dados obtidos a partir dessa discussão com os agentes da comunidade, cruzada com a informação obtida na fase inicial de diagnóstico.

4 - Resultados

Num processo de elaboração de uma Agenda 21 Local o envolvimento e a participação da comunidade e do governo local são importantes para se chegar ao Plano de Ação. É através de consultas à comunidade e da promoção de consensos que se obtêm as informações necessárias para a criação de novas estratégias, de forma a desenhar soluções para os problemas económicos, sociais e ambientais e, assim, prosseguir rumo ao desenvolvimento sustentável.

Atendendo à complexidade do processo, à diversidade de temas, de opiniões e de expectativas, torna-se necessário fazer uma análise de diagnóstico, que permita conhecer a realidade local aprofundadamente, que permita fazer uma análise prévia das potencialidades e das fragilidades do contexto e das ameaças e oportunidades que se lhe colocam. Por outro lado, esse diagnóstico deve permitir saber quem são as entidades e instituições mais relevantes e, na medida do possível, conhecer os interlocutores, para poder antecipar as dúvidas que possam gerar resistência aos processos de mudança, assim como os anseios que motivarão a tipologia de ações que virão a propor.

Tendo em vista a recolha de contributos dos agentes ativos da comunidade para a realização do Plano de Ação que permita concretizar a Agenda 21 Local do município, de Alfândega da Fé, foi realizada, no dia 14 de abril de 2014, uma reunião com representantes de diversas entidades e instituições das áreas Económica, Cultural, Educativa e de Assistência.

A reunião foi realizada na Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé e teve a duração de duas horas e meia. Os convites para a participação das várias entidades foram enviados pelo do município, por se tratar do órgão de governo local. Por decisão da presidência do município, na reunião foi incluída a apresentação e discussão dos temas a incluir no Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI), propostos pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás os Montes (CIM-TTM) em conjunto com a direção da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. Assim, estiveram presentes também representantes da CIM e da empresa Capgemini, os quais fizeram uma breve introdução dos temas em questão e uma apresentação com a informação necessária aos participantes.

Com a apresentação terminada, deu-se início a um debate, no qual alguns dos participantes tomaram a palavras, mostrando-se recetivos e colaborando ativamente com dúvidas e sugestões. Durante a discussão, foi feito também um enquadramento da metodologia a seguir para o desenvolvimento da Agenda 21 Local e da relevância que a colaboração de toda a comunidade tem para ser possível elaborar um Plano de Ação que seja consistente e que vá ao encontro das necessidade e anseios do município. Nesse sentido, foram mencionadas e debatidas as potencialidades e as fragilidades que correspondem à situação presente e à realidade interna do concelho de Alfândega da Fé, bem como as oportunidades e as ameaças, decorrentes de dinâmicas externas, mas que afetam ou podem vir a afetar, positiva e negativamente, o contexto em análise.

4.1 - Análise dos resultados da reunião com a comunidade

Dando resposta favorável ao convite endereçado pela presidência do município, estiveram presentes na primeira reunião 13 representantes das seguintes entidades e instituições do concelho:

- Ferreira & Bebiano, Lda;
- Centro Cultural Mestre José Rodrigues;
- Amendouro - Comércio e Industria de Frutos Secos, Lda;
- Grupo de Cantares de Alfândega da Fé;
- Carlos Alberto Rocha;
- Agrupamento Vertical de Escolas do concelho de Alfândega da Fé;
- Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé;
- LEQUE- Associação de País e Amigas de Pessoas com Necessidades Especiais;
- Biblioteca Municipal;
- Associação Promoção de Bem-estar;
- Guarda Nacional Republicana;
- Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé;
- Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR (GIPS).

Tendo por base a metodologia indicada pelos diversos autores e discutida nos capítulos anteriores deste trabalho, na primeira parte da reunião, centrou-se a discussão em torno da identificação das fragilidades sentidas no concelho. No caso das fragilidades

identificadas, a informação foi complementada com dados bibliográficos recolhidos, para confirmar a relevância de cada uma dessas fragilidades (Quadro 5). Nesta primeira fase foram também identificadas as potencialidades do concelho (Quadro 6).

Na segunda fase, conduziu-se a discussão para que a mesma permitisse a análise das ameaças a que o concelho está sujeito, mas, acima de tudo, que permitisse identificar as oportunidades que se colocam ao mesmo, tendo em vista o desenvolvimento sustentável (Quadro 7 e 8). Nesta última fase, foi pedido a todos os intervenientes que dessem contributos para a identificação de ações que possam vir a ser concretizadas no imediato ou num horizonte temporal curto, tendo em vista a organização do Plano de Ação.

Quadro 5- Fragilidades apresentadas pelo concelho de Alfândega da Fé, identificadas pelos representantes das entidades e instituições presentes na primeira reunião de preparação da Agenda 21 Local.

Fragilidades
<p>Pouco apoio à fixação da população jovem na região</p> <p>A pouca fixação dos jovens no concelho deve-se à falta de emprego na região, pois a taxa de desemprego é a mais elevada na faixa etária dos 15-25 anos. Nos censos de 2011, a taxa de desemprego aumentou para 26,5%, em relação ao ano 2001 que tinha uma percentagem de 21,1% (Câmara Municipal de Alfândega da Fé, 2013).</p>
<p>Desemprego</p> <p>Com base na Divisão de Desenvolvimento Social do Município de Alfândega da Fé, a taxa de desemprego teve um aumento, visto que em 2001 era de 10% e nos censos de 2011 passou para os 13,2% (Câmara Municipal de Alfândega da Fé, 2013).</p>
<p>População envelhecida</p> <p>Segundo a análise do INE (2011), a População Residente no concelho de Alfândega da Fé teve um decréscimo na população jovem relativamente acentuado e um aumento da população idosa entre 2001 e 2011. Assim, em 2001, a População Residente por faixa etária era: 0-14 (745); 15-24 (719); 25-64 (2845); 65/+ (1654); enquanto em 2011, a distribuição por faixa etária era: 0-14 (496); 15-24 (497); 25-64 (2451); 65/+ (1660).</p>
<p>Fracas acessibilidades para as aldeias do concelho</p> <p>Com base na Carta Educativa do Município de Alfândega da Fé (Câmara Municipal de Alfândega da Fé, 2013), o concelho tem uma razoável rede de estradas municipais, todas asfaltadas. Contudo, na prática, parte das vias rodoviárias encontram-se degradadas e apresentam características de circulação pouco adequada, já que o seu</p>

traçado foi definido nas décadas de 70 e 80 do século passado.

Existe também uma fraca mobilidade entre as freguesias de Alfândega da Fé devido ao horário de transporte, pois existe apenas o horário escolar (08h00 às 17h30), existindo apenas um transporte alternativo que passa por uma única aldeia (Sambade). O único dia em que há transporte de deslocação das aldeias para a Vila sem ser o habitual horário escolar é em dias de feira. Isto torna as aldeias isoladas, dificultando a deslocação das pessoas para a Vila (Diana Bragança, 2014, comentário pessoal).

Pouca valorização dos recursos naturais e dos produtos da região.

Encontra-se alguma informação sobre os produtos da região em Feiras regionais ou nacionais, mas a informação escrita e online é pouco diversificada, para além do que se encontra nas páginas web da Associação de Municípios da Terra Quente (2014) e da Câmara Municipal de Alfândega da Fé (2014).

Diminuição das atividades agrícolas.

Apesar de algumas das poucas referências disponíveis, indicarem um crescimento ligeiro da atividade agrícola (PORDATA, 2009) parece verificar-se a nível local uma diminuição, como é referido por alguns dos agentes da comunidade.

Abandono Educativo

Com base na Carta Educativa do Município de Alfândega da Fé (CMAF, 2013), o número de alunos no concelho diminuiu acentuadamente desde o ano letivo 2008/2009, no qual havia 646 alunos, e em 2012/2013, no qual havia 520 alunos. A diminuição acentuada da população escolar é consequência da diminuição da população total, e atinge os diversificados graus de ensino, levantando sérios problemas de funcionamento às escolas.

Encerramento de alguns serviços no concelho

Nos últimos tempos, o número de serviços públicos que encerram no nordeste transmontano tem aumentado continuamente. No concelho de Alfândega da Fé a tendência é a mesma, fruto da redução da população e da crise económica que o país atravessa. Segundo informação recolhida junto de um habitante local (Alcino Governo, 2014, comentário pessoal), o serviço que encerrou no concelho foi a maternidade que havia no antigo Centro de Saúde, já há algum tempo. Atualmente houve também uma redução no horário de atendimento, tendo deixado de funcionar durante a noite, após as 22h00. Existem também dificuldades nas urgências, devido à falta de comparência médica. A população desta região tem de se deslocar a Mogadouro, Macedo de Cavaleiros ou a Bragança, com os constrangimentos que isso acarreta, ou então a ficar sem cuidados de saúde. (Grupo Parlamentar do BE, 2013).

Atualmente sente-se a ameaça de encerramento de outros serviços, o que levará à diminuição dos postos de trabalho em funções públicas (Mairros, 2014). O tribunal de

Alfândega da Fé irá encerrar, no âmbito da reorganização do mapa judiciário, pois o número de processos é inferior a 250 por ano, obrigando a população a deslocar-se para outros centros, perdendo qualidade de vida (Rádio Brigantia, 2014).

Quadro 6- Potencialidades apresentadas pelo concelho de Alfândega da Fé, identificadas pelos representantes das entidades e instituições presentes na primeira reunião de preparação da Agenda 21 Local.

Potencialidades
• Boa qualidade de vida da população;
• Bom estado de conservação do património natural;
• Boa qualidade do ar;
• Paisagem rural humanizada de boa qualidade;
• Bom acesso à educação, quer na escolaridade básica, quer na formação profissional;
• Adoção de estratégias para fixar os jovens, por parte do município;
• Aumento do apoio a idosos, por parte do município, da Santa Casa da Misericórdia e da Liga dos Amigos;
• Aumento do apoio a estágios de integração profissional;
• Boa qualidade dos produtos agroalimentares.

Quadro 7- Oportunidades apresentadas pelo concelho de Alfândega da Fé, identificadas pelos representantes das entidades e instituições presentes na primeira reunião de preparação da Agenda 21 Local.

Oportunidades
• Aproveitar melhor os recursos da região;
• Desenvolver produtos inovadores, com base em produtos da região;
• Apostar em culturas regionais de forma a obter mais lucro;
• Investir mais na educação;
• Promover a integração social e o combate à pobreza;
• Fortalecer a capacidade institucional e a eficiência da gestão pública;
• Proteger o ambiente e promover a eficiência energética;
• Promover a utilização de transportes mais sustentáveis;

• Obter fundos de apoio à natalidade;
• Aumentar a produção de pecuária;
• Apostar em produções autóctones;
• Apostar no turismo sustentável;
• Criar uma unidade de pré-tratamento de cortiça;
• Incentivar ao aumento dos jovens agricultores;
• Criar uma unidade de valorização de resíduos de construção;
• Apostar no aproveitamento turísticas da barragem do baixo sabor;
• Criar áreas de investimento adequadas à produção (sobreiro, pecuária, etc.);
• Aumentar a produção de cereja e estimular a divulgação do produto;
• Desenvolver o regadio.

Quadro 8- Ameaças sentidas no concelho de Alfândega da Fé, identificadas pelos representantes das entidades e instituições presentes na primeira reunião de preparação da Agenda 21 Local.

Ameaças
• Corte nos fundos comunitários para a agricultura;
• Diminuição na produção agrícola;
• Dificuldade na apanha da cereja e pouca rentabilidade na comercialização;
• Poucas soluções de empregabilidade;
• Má gestão do solo agrícola;
• Diminuição da população;
• Cortes nos serviços públicos;
• Baixo investimento na criação de novas empresas privadas;
• Falta de cooperação entre a população, nomeadamente no emparcelamento;
• Baixa rentabilidade dos resíduos florestais, nomeadamente devido a que o seu depósito tem de ser efetuado numa unidade de 50 km;
• Utilização excessiva de produtos químicos na agricultura;
• Crise existencial e baixa autoestima da população;

<ul style="list-style-type: none"> • Desaparecimento da vegetação tradicional natural;
<ul style="list-style-type: none"> • Má gestão do regadio;
<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade no escoamento dos produtos regionais.

4.2 - Plano de Ação

Um plano de ação é um instrumento estratégico e participativo a longo prazo composto por um conjunto de ações que tem como objetivo o aumento da qualidade de vida local, envolvendo as vertentes: ambiental, económica e social. É obtido através de um consenso entre os grupos políticos e os diferentes agentes locais de forma a garantir o futuro sustentável da comunidade.

4.2.1 - Qualificar para a vida

Algumas das fragilidades apontadas, quer pela população quando questionada informalmente, quer pelos interlocutores presentes na primeira reunião de trabalho, referem-se à “falta de emprego” e ao “pouco apoio à fixação da população jovem na região”. Da mesma maneira, entre as ameaças salientadas, encontram-se o “baixo investimento na criação de novas empresas privadas” e as “poucas soluções de empregabilidade”.

Por outro lado, em termos das potencialidades do concelho, são salientados o “bom acesso à educação, quer na escolaridade básica, quer na formação profissional”, assim como a “adoção de estratégias para fixar os jovens” e o “aumento do apoio a estágios de integração profissional”. Na mesma linha de análise, é salientada como uma das oportunidades para que o concelho se possa desenvolver, a necessidade de “investir mais na educação e formação profissional”. Isso contribuirá também, direta ou indiretamente, para permitir potenciar outras oportunidades indicadas, como “criar áreas de investimento adequadas à produção”, “incentivar o aumento dos jovens agricultores”, “apostar no turismo sustentável” e “desenvolver produtos inovadores, com base em produtos da região”.

Tendo por base a análise SWOT efetuada a partir das opiniões expressas pelos representantes das entidades e instituições presentes na primeira reunião de trabalho, foi identificado um conjunto de propostas a incluir no Plano de Ação, as quais se apresentam em seguida.

Qualificação profissional de técnicos
<p>Objetivos: Reforçar as competências técnicas dos profissionais que trabalham no concelho; Melhorar a capacidade de intervenção dos profissionais com atividade no concelho; Aumentar a qualidade e diversidade de produtos e serviços na região; Fomentar a competitividade do concelho.</p>
<p>Descrição: Promover ações de formação para os profissionais dos vários setores, contribuindo para o reforço das suas competências. Identificar e convidar oradores do concelho ou externos para a realização das ações. Congregar os esforços dos vários agentes locais, para a organização rotativa de temas para os técnicos existentes (Secretariado, Turismo, Educação, Animação, Saúde, Social).</p>
<p>Parcerias: Câmara Municipal de Alfândega da Fé Centro Cultural Mestre José Rodrigues Associação dos Comerciantes Santa Casa da Misericórdia Centro de Saúde de Alfândega da Fé</p>
<p>Principais Pontos fracos da Ação: Dificuldade em encontrar horários e datas compatíveis para todos os interessados; Falta de recursos dos parceiros para desenvolver um programa continuado.</p>
<p>Principais Pontos fortes da Ação: Possibilidade de direcionar várias ações para a promoção da sustentabilidade local; Aliar a formação individual dos participantes à qualificação das pessoas ativas no concelho, melhorando os fatores de competitividade do mesmo; Empenho dos agentes locais para mobilizar alguns dos seus técnicos.</p>
<p>Calendário de Execução: 1 ação de formação temática por trimestre.</p>

Qualificação da população
<p>Objetivos: Qualificação da população em áreas que reforcem a sua integração pessoal e social; Dotar a população de competências transversais às suas formações; Estimular a utilização sustentável dos recursos; Contribuir para a formação de uma forte identidade regional, melhorando a autoestima da população.</p>
<p>Descrição: Promover a realização de cursos de qualificação da população em temas como economia doméstica, saúde preventiva, prestação de cuidados sociais, artes, cultura regional e local, empreendedorismo e inovação, entre outros, contribuindo para melhorar as competências dos cidadãos para as suas atividades do quotidiano, familiares e sociais.</p>
<p>Parcerias: Câmara Municipal de Alfândega da Fé Centro Cultural Mestre José Rodrigues Associação dos Comerciantes Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé Centro de Saúde de Alfândega da Fé Liga dos Amigos de Alfândega da Fé LEQUE- Associação de País e Amigas de Pessoas com Necessidades Especiais</p>
<p>Principais Pontos fracos da Ação: Necessidade de forte campanha inicial de mobilização para que a população adira; Falta de recursos dos parceiros para desenvolver um programa continuado.</p>
<p>Principais Pontos fortes da Ação: Possibilidade de direcionar várias ações para a promoção da sustentabilidade local; Reforço da autoestima e da capacidade de intervenção comunitária da população; Recetividade da população, nomeadamente a população jovem.</p>
<p>Calendário de Execução: 1 ação de formação temática por mês</p>

Qualificação de Jovens
<p>Objetivos: Reforçar as competências da população jovem; Diversificar as competências sociais e culturais dos jovens, ao nível da gestão das emoções, da gestão de conflitos e da formação de valores;</p>

Incentivar a utilização sustentável dos recursos e a adoção de estilos de vida saudáveis; Estimular a ligação dos jovens à comunidade em que se inserem e a prática do voluntariado.
Descrição: Promover a realização de cursos de qualificação dos jovens em temas como empreendedorismo e inovação, artes, desporto, ambiente, turismo, agricultura, entre outros, contribuindo para melhorar as competências dos mesmos, quer para a inserção na vida profissional, quer ao nível pessoal e social.
Parcerias: Câmara Municipal de Alfândega da Fé Centro Cultural Mestre José Rodrigues Centro de Saúde de Alfândega da Fé Associação Recreativa Alfundeguense Mapa Aventura Banda Municipal de Alfândega da Fé
Principais Pontos fracos da Ação: Necessidade de diversificação dos temas para que os jovens adiram; Falta de recursos dos parceiros para desenvolver um programa continuado.
Principais Pontos fortes da Ação: Boa receptividade da população jovem a este tipo de projetos; Resultados positivos ao nível da integração dos jovens na comunidade; Resultados positivos no reforço das competências técnicas e relacionais.
Calendário de Execução: 1 ação de formação temática por trimestre.

4.2.2 - Apoiar o turismo e criar ofertas de atividades

Uma das fragilidades apontada pela população quando questionada informalmente, bem como pelos agentes presentes na primeira reunião de trabalho, foi a “pouca valorização dos recursos naturais e dos produtos da região”. Da mesma forma, as ameaças referidas foram a “dificuldade no escoamento dos produtos regionais” e a “crise existencial e baixa autoestima da população”.

De outro modo, foram descritas as potencialidades do concelho como o “bom estado de conservação do património natural”, a “boa qualidade do ar”, uma “paisagem rural humanizada de boa qualidade” e uma “boa qualidade dos produtos agroalimentares”. No mesmo sentido, foram salientadas como oportunidades para que o concelho se possa

desenvolver: “aproveitar melhor os recursos da região”, “apostar em culturas regionais de forma a obter mais lucro”, “apostar no turismo sustentável”, ou “apostar no aproveitamento turístico da barragem do baixo Sabor”. Tudo isto, direta ou indiretamente, tem como objetivo preservar e valorizar os recursos e o património existentes, numa ótica de sustentabilidade do concelho, mas apela ao investimento na divulgação dos produtos da região, através da criação de uma oferta turística diferenciada, que integre os vários elementos patrimoniais, naturais e culturais distintivos do território e que podem favorecer o seu desenvolvimento sustentável.

Seguindo a metodologia da análise SWOT, foram identificadas as opiniões mais prevalentes apresentadas pelos representantes das entidades e instituições presentes na primeira reunião de trabalho, e organizado um conjunto de propostas a incluir no Plano de Ação, que se apresentam em seguida.

Transporte Sustentável
<p>Objetivos: Criar um transporte que funcione como oferta turística diferenciada; Alertar para a importância de utilização de formas alternativas de mobilidade; Promover os produtos regionais junto dos visitantes; Valorizar as paisagens naturais e culturais locais através da visitaçào.</p>
<p>Descrição: Criação de um transporte atrativo para turistas com base num meio de locomoção que assegure a preservação do meio natural e valorize traços culturais próprios da região (carroça com burro, de forma a conhecer as paisagens do concelho). Fazer uma divulgação alargada do mesmo, apostando na inovação e diferenciação em relação a outros produtos turísticos locais, mas em sinergia com os mesmos. Aproveitar também o turismo que já frequenta alguns pontos de alojamento na região e atrair esses visitantes para percursos na sede do concelho. Rentabilizar estes percursos, associando-os a lojas de produtos regionais e à restauração.</p>
<p>Parcerias: Câmara Municipal de Alfândega da Fé Centro Cultural Mestre José Rodrigues Associação dos Comerciantes Comerciantes (lojas e restauração)</p>

Principais Pontos fracos da Ação:

Fraca permanência turística atual no concelho;
Necessidade de criação de uma campanha promocional intensa na primeira fase.

Principais Pontos fortes da Ação:

Divulgação do património do concelho, aumentando a sua visibilidade no mercado.
Aumento atual da sensibilidade de alguns setores para novos conceitos de turismo e para a utilização sustentável dos recursos;
Dinamização turística da região, estimulando a produção de riqueza e o emprego.

Calendário de Execução:

Permanente. Início desejável no verão de 2015.

Valorizar os moinhos da região**Objetivos:**

Criar ou melhorar rotas pedonais de visita aos moinhos;
Incentivar a realização de percursos pedestres e as atividades ao ar livre;
Divulgar o património construído e a paisagem natural das aldeias;
Criar apetência para a recuperação e valorização de património construído degradado.

Descrição: Criar e melhorar rotas pedestres que incentivem a visita de moinhos que se encontram na proximidade das povoações do concelho. Iniciar o projeto a partir dos moinhos que estão em melhores condições de preservação e alargar progressivamente para outros que se tenham condições adequadas para a recuperação e valorização. Promover visitas organizadas e guiadas com regularidade, sempre com colaboração ativa de agentes dinamizadores das aldeias envolvidas.

Realização de material informativo de divulgação (virtual e impresso) dos moinhos, do seu funcionamento, dos instrumentos utilizados e da função que desempenhavam. Utilizar a informação recolhida para fins didáticos, mostrando a história regional e formas alternativas de produção de energia.

Parcerias:

Câmara Municipal de Alfândega da Fé
Juntas de Freguesia do concelho
Centro Cultural Mestre José Rodrigues
Associação Recreativa Alfundeguense
Mapa Aventura
Associação Recreativa e Cultural de Sambade

Associação recreativa de Vilar Chão
<p>Principais Pontos fracos da Ação:</p> <p>Parte da Ação dependente da existência de financiamento para recuperação de algum património e da acessibilidade dos percursos.</p>
<p>Principais Pontos fortes da Ação:</p> <p>Valorização do espaço público e dos seus valores culturais e naturais; Atração de visitantes de outras zonas do concelho, da região e externos às aldeias. Promoção da memória das utilizações ancestrais do território, contribuindo para a competitividade e para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.</p>
<p>Calendário de Execução:</p> <p>1 percurso bimestralmente, diversificando os locais visitados.</p>

Rede de divulgação da região
<p>Objetivos:</p> <p>Ampliar a divulgação da região e os seus pontos turísticos; Aumentar a visibilidade do nome “Alfândega da Fé”, a nível nacional e internacional; Criar sinergias internas ao concelho para integração das atividades realizadas;</p>
<p>Descrição: Estabelecer parcerias com agências de turismo de âmbito nacional, enviando regularmente informações detalhadas sobre os eventos pontuais que se realizam no concelho e atualizando informações permanentes sobre locais de interesse, património natural e cultural, eventos regulares e oferta turística local.</p> <p>Estabelecer uma rede de trabalho ao nível do concelho, para recolha e tratamento de informação sobre os valores naturais e culturais da região, sobre os produtos e atividades mais atrativos e que permita ir associação informação sobre novidades ou eventos pontuais, assegurando que toda a informação é fornecida às agências de turismo e que tem qualidade.</p>
<p>Parcerias:</p> <p>Câmara Municipal de Alfândega da Fé Agências de Turismo que operam a nível nacional</p>
<p>Principais Pontos fracos da Ação:</p> <p>Necessidade de recurso a pessoas qualificadas para coligir, selecionar e tratar a informação inicial, para se obter um produto com qualidade e rigor;</p>

Dificuldade em obter informação regularmente e em tempo útil sobre eventos pontuais.

Principais Pontos fortes da Ação:

Aumento da visibilidade externa do concelho, com reflexos na capacidade de atração de visitantes e de colocação dos produtos da região em mercados externos, com baixos custos de manutenção;

Produção de um acervo de informação devidamente compilada e tratada e produzida em diferentes suportes, que fica disponível para diversos fins;

Estabelecimento de uma rede local de agentes ativos no território que pode ser utilizada para obtenção de sinergias em outras atividades.

Calendário de Execução:

Compilação e produção de informação e estabelecimento da rede de parceiros nos primeiros seis meses de 2015;

Atualização de informação em formato digital para atualização, mensalmente;

Disponibilização de informação em papel e em formato digital para atualização de imagem, anualmente, no início de cada ano.

4.2.3 - Mobilidade Sustentável

Nos contactos informais com a população para diagnóstico da situação, assim como na primeira reunião de trabalho, foram referidas oportunidades para que o concelho se possa desenvolver centradas em objetivos como “proteger o ambiente e promover a eficiência energética” e “promover a utilização de transportes mais sustentáveis”, de forma a minimizar os impactes ambientais provenientes das formas de mobilidade contantes nas sociedades atuais. Na discussão, falou-se ainda na importância de se promover a utilização de transportes coletivos, do aumento da atratividade de utilização de veículos de baixo consumo de energia e da importância do incentivo ao uso de transportes mais sustentáveis, para melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos, mesmo em aglomerados populacionais de menor dimensão, como seja a Vila de Alfândega da Fé. Aliás, foram referidas como potencialidades do concelho a “boa qualidade de vida da população”, o “bom estado de conservação do património natural” e a “boa qualidade do ar”.

Contudo, analisando as fragilidades apontadas pela população em geral e pelos agentes presentes na primeira reunião de trabalho, constata-se que apenas se referem às “fracas acessibilidades para as aldeias”, mas não se referem a problemas respeitantes à Vila. Em termos de ameaças, algumas referem-se a problemas que podem estar indiretamente relacionados, mas também não é possível extrair daí expressões significativas para este

tema. Daqui se pode concluir que os problemas ambientais e a redução da qualidade de vida associados ao transporte motorizado intenso é do conhecimento da população local, mas não é identificado como um problema real existente na Vila.

Assim, considerando que é desejável caminhar para uma intervenção que tenha em vista o desenvolvimento sustentável e harmonioso do espaço urbano, as propostas apresentadas pelos agentes locais, no âmbito da mobilidade sustentável, têm um caráter preventivo, tendo por base os conhecimentos gerais que possuem, que lhes permitem antever a necessidade de intervenção, apesar de não identificarem ainda problemas significativos a este nível.

Com base na análise SWOT, foram identificadas as seguintes áreas de atuação a incluir como propostas no Plano de Ação.

Cicloturismo na região
Objetivos: Organizar atividades regulares de cicloturismo em locais de interesse natural; Promover a mobilidade sustentável da população local; Atrair participantes/amantes deste desporto de várias regiões para o concelho; Estimular o conhecimento das zonas do concelho com maiores potencialidades paisagísticas e ambientais.
Descrição: Em parceria com a Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta e outras entidades nacionais ou regionais com objetivos semelhantes, realizar percursos periódicos regulares para incentivar a população à prática desta modalidade. Integradas nessas atividades regulares, realizar algumas campanhas desportivas, como o dia mundial do cicloturismo, mais direcionadas para públicos externos ao concelho.
Parcerias: Câmara Municipal de Alfândega da Fé Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta Associação Recreativa Alfundeguense Mapa Aventura
Principais Pontos fracos da Ação: Fracas adesão da população numa fase inicial do projeto; Necessidade de equipamento por parte dos participantes ou da organização.

Principais Pontos fortes da Ação:

Aumento do conhecimento das potencialidades naturais do concelho pela população;
Atividade com capacidade de atração para públicos externos ao concelho;
Contribuição para a melhoria da saúde pública.

Calendário de Execução:

Entre março e setembro, uma atividade mensal.

Incentivo à deslocação pedonal**Objetivos:**

Sensibilizar a população de Alfândega da Fé para reduzir a utilização do automóvel em pequenos percursos diários na vila;
Incentivar a população de Alfândega da Fé para realizar percursos pedestres regulares no centro da vila (e não só) melhorando a sua capacidade física e a sua saúde.

Descrição: Organizar percursos pedestres na vila, aos fins de semana ou à noite, envolvendo a população local. Os percursos devem ser dinamizados por monitores que estimulem a prática de exercício físico regular, alertando para a prevenção de doenças associadas ao sedentarismo. Alguns percursos devem ser dinamizados tendo em vista a sensibilização para a necessidade de reduzir a utilização do automóvel, contribuindo para a diminuição da poluição.

Parcerias:

Câmara Municipal de Alfândega da Fé
Centro de Saúde de Alfândega da Fé
Liga dos Amigos de Alfândega da Fé
Associação Recreativa Alfundeguense

Principais Pontos fracos da Ação:

Fraca adesão da população numa fase inicial;
Possibilidade de os percursos se tornarem monótonos, caso não sejam dinamizados com temáticas diferentes.

Principais Pontos fortes da Ação:

A prática de atividade física regular contribui para a melhoria a saúde pública;
O incentivo ao pedestrianismo contribui para a redução dos gases poluentes e do ruído nos espaços públicos, tornando-os mais atrativos e melhorando a qualidade ambiental;
Os percursos pedestres em grupo melhoram as relações interpessoais.

Calendário de Execução:

Entre março e setembro, duas ações por semana, uma à noite e outra no fim de semana.

Entre outubro e fevereiro, uma atividade mensal, ao fim de semana.

4.2.4 - Educação Ambiental para a Sustentabilidade

Com base na população questionada informalmente e nos contributos obtidos na primeira reunião de trabalho com os diferentes agentes, as fragilidades encontradas no âmbito deste tema, foram a “pouca valorização dos recursos naturais e dos produtos da região”, a “diminuição das atividades agrícolas” e o “abandono escolar”. No mesmo sentido, foram enumeradas as ameaças como o “desaparecimento da vegetação tradicional natural”, a “má gestão do solo agrícola” e a “utilização excessiva de produtos químicos na agricultura”.

Referiram-se também, como potencialidades do concelho, uma “paisagem rural humanizada de boa qualidade”, o “bom estado de conservação do património natural”, a “boa qualidade do ar” e a “boa qualidade de vida da população”. Por fim, foram encontradas algumas oportunidades que devem ser desenvolvidas pelo concelho: “investir mais na educação”, “proteger o ambiente e promover a eficiência energética”, “fortalecer a capacidade institucional e a eficiência da gestão pública”. Na discussão, reconheceu-se também, mas de forma transversal, a importância de incorporar a educação ambiental como contexto fundamental de desenvolvimento sustentável, que contribui para a implementação dos objetivos de sustentabilidade ambiental nos setores de desenvolvimento social e económico e para a promoção de uma sociedade (escolar e global) mais consciente, responsável e ativa.

Tendo em conta a análise SWOT dos dados obtidos na primeira reunião com base no conjunto de opiniões dos participantes, foram elaboradas as diferentes propostas a incluir no Plano de Ação indicadas em seguida.

Educação Ambiental para crianças e jovens

Objetivos:

Reforçar as competências da população jovem no âmbito da Educação Ambiental;
Incentivar a utilização sustentável dos recursos e a adoção de estilos de vida saudáveis;
Contribuir para o aumento da relação da comunidade com a Escola.

Descrição: Promover a realização de projetos interdisciplinares que permitam a intervenção dos alunos dos vários níveis do Ensino Básico e Secundário na comunidade, trabalhando aspetos reais relacionados com o Desenvolvimento Sustentável do concelho. Os projetos não devem ser circunscritos à aquisição de conhecimentos, devendo, para isso, ser delineados com base nos objetivos da Educação Ambiental. Os projetos devem ser trabalhados em períodos alargados do ano letivo, podendo estar relacionados ou culminar com a comemoração de datas relevantes do ponto de vista ambiental (Dia Internacional da Árvore e da Floresta, Dia Mundial da Água, Dia Mundial do Ambiente, Dia Mundial da Energia, entre outros). As temáticas devem ser diferentes em anos consecutivos e é desejável o envolvimento de várias entidades e instituições da comunidade local.

Parcerias:

Agrupamento Vertical de Escolas do concelho de Alfândega da Fé
Câmara Municipal de Alfândega da Fé
Centro Cultural Mestre José Rodrigues
Santa Casa da Misericórdia
Centro de Saúde de Alfândega da Fé

Principais Pontos fracos da Ação:

Necessidade de forte campanha inicial de mobilização de parceiros estratégicos, como os docentes e as famílias, para que as atividades possam ser devidamente preparadas e acompanhadas e não redundem em eventos pontuais;
Pouca adequação dos horários e calendários da Escola para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares;
Falta de preparação da comunidade para acolher projetos de intervenção da Escola continuados e consequentes.

Principais Pontos fortes da Ação:

Boa receptividade das crianças e jovens a este tipo de projetos;
Resultados positivos na formação de valores e de atitudes face ao ambiente;
Resultados positivos no reforço das competências relacionais e da autoestima.

Calendário de Execução:

1 projeto por ano letivo, podendo ter temas diferentes consoante os níveis de escolaridade envolvidos.

Palestras
<p>Objetivos:</p> <p>Sensibilizar a população para a importância da preservação dos recursos naturais e para o papel que cada indivíduo pode desempenhar na comunidade;</p> <p>Incentivar as boas práticas ambientais;</p> <p>Fornecer conhecimentos e desenvolver competências para que a população participe ativamente na vida do concelho, económica, cultural, ambiental e socialmente.</p>
<p>Descrição: Organização de palestras regulares a realizar no Centro Cultural, para a população em geral, alternando os temas a discutir, relacionados com a proteção ambiental, o desenvolvimento sustentável, fauna e flora da região, agricultura biológica, alterações climáticas, as energias renováveis, a eficiência energética, entre outros, convidando oradores especializados do concelho ou externos. Produção e difusão de materiais informativos sobre os temas abordados.</p>
<p>Parcerias:</p> <p>Câmara Municipal de Alfândega da Fé</p> <p>Resíduos do Nordeste</p> <p>Instituto Politécnico de Bragança</p> <p>Centro Cultural Mestre José Rodrigues</p>
<p>Principais Pontos fracos da Ação:</p> <p>Necessidade de campanha inicial de mobilização para que a população adira;</p> <p>Falta de recursos dos parceiros para desenvolver um programa continuado.</p>
<p>Principais Pontos fortes da Ação:</p> <p>Aumento do conhecimento sobre diferentes áreas ambientais, contribuindo para a mudança de atitudes e de comportamentos da população;</p> <p>O reforço das competências transversais dos cidadãos irá contribuir para melhorar a sustentabilidade no concelho.</p>
<p>Calendário de Execução:</p> <p>Uma palestra por trimestre.</p>

Ateliers sobre Consumo Sustentável
<p>Objetivos:</p> <p>Dar a conhecer técnicas que permitam a utilização sustentável e a preservação dos recursos naturais locais;</p> <p>Dar a conhecer técnicas que permitam a valorização dos produtos naturais locais nas atividades quotidianas, recuperando tradições ou criando novas formas de utilização;</p> <p>Alterar atitudes e comportamentos da população que favoreçam o consumo sustentável.</p>

<p>Descrição: Organização de ateliers que permitam à população adquirir conhecimentos e técnicas sobre temas relacionados com a sustentabilidade local, por exemplo ao nível da reutilização de materiais, redução de resíduos, compostagem, produção de sabão, utilização de plantas aromáticas, criação de sementeiras, fotografia da natureza valorização gastronómica dos produtos regionais, artesanato, entre outros. Produção e difusão de materiais informativos sobre os temas abordados.</p>
<p>Parcerias: Câmara Municipal de Alfândega da Fé Resíduos do Nordeste Instituto Politécnico de Bragança Centro Cultural Mestre José Rodrigues</p>
<p>Principais Pontos fracos da Ação: Alguma inércia da população que dificulta o seu envolvimento no projeto; Eventual perda de regularidade das ações pode comprometer os objetivos.</p>
<p>Principais Pontos fortes da Ação: A aplicação prática inerente às atividades a desenvolver estimulará a adesão; O reforço das competências transversais dos cidadãos irá contribuir para melhorar a sustentabilidade no concelho; Aumento do conhecimento sobre diferentes áreas ambientais, contribuindo para a mudança de atitudes e de comportamentos da população.</p>
<p>Calendário de Execução: Uma palestra por trimestre.</p>

4.2.5 - Economia e Empreendedorismo

Algumas fragilidades mencionadas pela população quando questionada informalmente durante a fase de diagnóstico e pelos agentes presentes na primeira reunião de trabalho, referem-se ao “pouco apoio à fixação da população jovem na região”, ao “desemprego”, ao “abandono educativo” e à “população envelhecida”. Salientam-se também como ameaças encontradas em todo processo, o “corte nos fundos comunitários para a agricultura”, “poucas soluções de empregabilidade”, a “diminuição da população”, o “baixo investimento na criação de novas empresas privadas”, a “falta de cooperação entre a população, nomeadamente no emparcelamento” e a “crise existencial e baixa autoestima da população”.

Por outro lado, são referidas como potencialidades encontradas, a “boa qualidade de vida da população”, o “bom acesso à educação, quer na escolaridade básica, quer na formação profissional”, o “aumento do apoio a estágios de integração profissional”, a “boa qualidade dos produtos agroalimentares”. Isto permite que as oportunidades indicadas se centrem na necessidade de implementação de incentivos para o aumento do emprego, através de soluções que passem pela utilização e valorização de recursos naturais endógenos, como seja “desenvolver produtos inovadores, com base em produtos da região”, “apostar em culturas regionais, de forma a obter mais lucro”, “incentivar o aumento dos jovens agricultores”, “criar áreas de investimento adequadas à produção (sobreiro, pecuária, etc)” e “criar uma unidade de pré-tratamento de cortiça”.

Seguindo a metodologia indicada ao longo do projeto (análise SWOT) e com base nas opiniões obtidas, foi identificada uma proposta a integrar no Plano de Ação, tal como se apresenta em seguida. Trata-se de apenas uma proposta de ação, mas que exigirá uma concertação entre as Juntas de Freguesia do concelho, assim como um grande empenho daqueles que venham a liderar o projeto e a coloca-lo em prática,

Faça!... Nós ajudamos.
<p>Objetivos:</p> <p>Estimular a criação do próprio emprego ou novos negócios; Estimular a divulgação dos produtos regionais e de serviços que promovam a região; Apoiar os produtores, os comerciantes e os dinamizadores de projetos no acesso à legislação e às oportunidades negócio e de inovação.</p>
<p>Descrição: Criação de um Gabinete, que funcione nas Juntas de Freguesia do concelho, que ajude e apoie os produtores, comerciantes e outros agentes que sejam dinamizadores de ações com interesse para a sustentabilidade do concelho, a desenvolverem os seus projetos. O Gabinete deve ter um funcionamento regular, passando rotativamente pelas várias freguesias e dar especial atenção à atualização da legislação, à informação sobre oportunidades de escoamento dos produtos ou organização de novos projetos, mas também deve dar apoio básico a quem pretenda iniciar novos negócios, estimulando a criação de emprego.</p>
<p>Parcerias:</p> <p>Juntas de Freguesia do concelho Associação dos Comerciantes Produtores, comerciantes e outros agentes que dinamizam a economia</p>

Principais Pontos fracos da Ação:

Grande diversidade de assuntos exige um empenho grande dos dinamizadores e técnicos do Gabinete, para que as valências do mesmo sejam maximizadas.

Principais Pontos fortes da Ação:

Estímulo à criação de sinergias entre vários projetos;
Reforço da divulgação dos produtos regionais e de serviços com base regional;
Estímulo à criação de empregos, contribuindo para a sustentabilidade do território.

Calendário de Execução:

Uma tarde por semana em cada local de funcionamento do Gabinete.

5 - Considerações Finais

A realização do projeto desenvolvimento de uma Agenda 21 Local para o concelho de Alfândega da Fé teve como objetivo uma aprendizagem individual, para concluir a formação necessária á obtenção do grau de mestre em Educação Ambiental na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança. Dando relevância ao seu enquadramento regional e à missão de cooperar com as instituições locais tendo em vista a dinamização do território, a nível económico, social e ambiental, a ESE permitiu e incentivou o desenvolvimento deste projeto, mesmo conhecendo os riscos inerentes, dado tratar-se de um processo muito amplo, quer no tempo de implementação, quer na necessidade de envolvimento de toda a comunidade da área em estudo.

Assim, o projeto tem também uma dimensão de aprendizagem coletiva, uma vez que pretende contribuir para a busca de novas ações e estratégias de desenvolvimento local, criando condições para aumentar a qualidade de vida das populações locais, mas também para aumentar a atratividade do concelho para outras pessoas, nacionais ou estrangeiras, que dele queiram usufruir.

A construção da Agenda 21 Local neste município foi, assim, o início da implementação de uma estratégia de reflexão sobre a atual realidade do mesmo, para que, com base nessa análise, se possa perspetivar a mudança de atitudes que permita criar mais e melhores condições a nível económico, social e ambiental para operar um desenvolvimento sustentável e harmonioso.

Nestes processos, a participação e o envolvimento do município e da comunidade são cruciais. Neste caso, a receptividade foi muito satisfatória, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do projeto, pois permitiu identificar os problemas prioritários e algumas soluções para o desenvolvimento local.

Indo ao encontro da metodologia escolhida, a análise SWOT, foi possível identificar como pontos fortes em todo processo a motivação e a disponibilidade dos órgãos políticos autárquicos, da população e dos seus agentes. A primeira fase de elaboração do Plano de Ação permitiu estabelecer novos contactos, partilhar e discutir ideias e tomar conhecimento com novos métodos de trabalho.

Este projeto teve como mérito motivar alguns dos agentes representativos da comunidade para a dinamização de projetos de sustentabilidade num território que apresenta muitas fragilidades. A sua participação ativa durante os contactos prévios de diagnóstico e na primeira reunião, proporcionou o debate produtivo e a reflexão sobre os principais problemas locais e sobre várias formas de os ultrapassar.

O concelho de Alfândega da Fé é marcado atualmente pelo crescimento negativo da população, o que evidencia a necessidade de geração de projetos polarizadores da população, nomeadamente em termos de criação de emprego e criação de bens e serviços. Regista também uma taxa de natalidade muito inferior a taxa de mortalidade, principalmente devido à saída da população jovem. Os mais jovens procuram outras formas de vida e outros locais, provocando um índice de envelhecimento da população com valores muito altos.

No que diz respeito à educação ambiental, o concelho está deficitário em campanha de sensibilização e ações de educação da população para os problemas ambientais. Contudo, é reconhecido por quase toda a população contactada e pelos agentes da comunidade que participaram na reunião que as campanhas de sensibilização e os projetos de educação ambiental já desenvolvidos têm sido importantes para aumentar os conhecimentos e as competências que permitem que a população, nomeadamente as novas gerações, possam alterar o atual estado de espírito, motivando uma participação mais ativa.

A Agenda 21 Local é a via que permite caminhar no sentido do desenvolvimento sustentável. Por isso, alguns dos pontos que mais afetam a concretização deste tipo de projetos centram-se na falta de envolvimento de alguns agentes relevantes na comunidade, devido ao desconhecimento ou à descrença sobre o que é a Agenda 21 Local e todo seu processo de implementação. Normalmente, isso radica na falta de conhecimento sobre a enorme interdependência entre os fatores económicos, sociais e ambientais, frequentemente devido à falta de campanhas de sensibilização, mas também devido a outras condicionantes pessoais e sociais que comprometeram a disponibilidade para refletir sobre estes conceitos, permitindo a mudança interna de atitudes.

Neste projeto, a realidade não se mostrou diferente. Mas pode ser considerado positivo que a autarquia se tenha disponibilizado e empenhado em participar ativamente no

processo. Certamente isso contribuirá para o reforço das campanhas, ações e projetos de educação ambiental, onde todos possam participar e reforçar os seus conhecimentos, ajustar as suas atitudes e comprometer-se com comportamentos mais consentâneos com a necessária preservação, mas também com a valorização ambiental da região.

Tal como é referido na bibliografia consultada sobre processos de Agenda 21 Local em outras regiões, as reuniões também proporcionaram momentos de carência, principalmente ao nível da identificação das oportunidades que levaram à estruturação do conjunto de ações a incluir no Plano de Ação. Por norma, o fator crítico mais prevalente é a dificuldade em fazer com que os representantes das entidades e instituições presentes se distanciem das condicionantes negativas do presente, o que dificulta a visibilidade de percursos evolutivos positivos e diminui a capacidade de estabelecer estratégias a longo prazo, de forma a implementar o desenvolvimento sustentável local.

O grande desafio da Agenda 21 Local é a adesão das populações, para que a sua implementação se possa concretizar, o que implica que as propostas de ação sejam integradas transversalmente no planeamento de toda a atividade do município, incluindo na gestão da autarquia e no seu relacionamento com as comunidades. Logo, o sucesso da mesma passa pela mobilização das estruturas e a afetação dos recursos que só as autoridades locais podem proporcionar.

No caso presente, o passo seguinte será a realização de uma consulta do público, disponibilizando o Plano da Ação à comunidade e promovendo a participação de todos na discussão do mesmo, na formulação de contributos que permitam ajustar as metas, os prazos e as ações, bem como o envolvimento de novos parceiros e a afetação de recursos materiais e humanos para a sua concretização.

Nestes processos, é sem dúvida importante a monitorização e a avaliação ao longo do tempo, de forma a verificar a sua evolução, os seus efeitos e os seus desvios em relação às metas, passo importante que não vai ser cumprido no âmbito deste projeto. Esse é um défice na realização deste trabalho, pois, por se tratar de um trabalho académico, não permite acompanhar um processo a longo prazo. O período de realização do projeto foi reduzido, visto que o trabalho de preparação é longo e exige que sejam desencadeadas diversas etapas em contínuo. No entanto, considera-se que esta circunstância não trará

dificuldades acrescidas para o sucesso do projeto no futuro, porque fica em aberto o desafio ao município de Alfândega da Fé para lhe dar continuidade, assegurando a implementação das etapas seguintes, tendo em vista o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

As limitações deste trabalho prendem-se também com a própria autora, que inicialmente não dimensionou convenientemente o trabalho, dado que não tinha a noção exata da organização que era necessária para um projeto desta dimensão. O tempo disponível para o desenvolvimento de um projeto de mestrado é limitado, o que condicionou a falta de pesquisas prévias, que teriam permitido encurtar as etapas iniciais. Por outro lado, informação ao nível da bibliografia é escassa e dispersa, visto ser um assunto que só recentemente começa a ser aprofundado a nível local, apesar de ter sido apresentado em 1992, no Rio de Janeiro.

Futuras investigações e projetos de intervenção que a ESE ou outras instituições venham a desenvolver poderão centrar-se no acompanhamento do processo de Agenda 21 Local no concelho de Alfândega da Fé, auxiliando o município na implementação das ações previstas no Plano de Ação e monitorização e avaliação periódica que devem ser feitas, para que o mesmo possa ser ajustado a uma realidade local em mudança, mas também às ameaças e oportunidades externas que possam surgir.

6 - Referências Bibliográficas

Aires, L. (2011). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.

Álvares, M. M. C. (2009). *A agenda 21 local nos municípios portugueses*. Tese de mestrado em administração pública, Braga: Universidade do Minho.

Amaral, M. L. Z. (2008). *A implementação da agenda 21 em escolas da região centro*. Tese de mestrado em comunicação e educação em ciência, Aveiro: Universidade de Aveiro.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2014). *Desenvolvimento Sustentável*. Acedido a 07 de fevereiro de 2014 em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140>

Araújo, R. (2010). *Educação ambiental e sustentabilidade: desafios para a sua aplicabilidade*. Acedido a 15 de maio, 2014, em <http://pt.scribd.com/doc/50663454/7/A-Conferencia-de-Belgrado-1975>

Arieiro, C. M. F. (2008). *Contributos para uma comparação de metodologias entre a agenda 21 local e a rede social*. Tese de mestrado em ordenamento do território e planeamento ambiental, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Associação de Municípios da Terra Quenta Transmontana (2014). *Os Municípios – Alfândega da Fé*. Acedido a 14 de junho de 2014 em <http://www.amtqt.pt/infoAlfandegaFe/>

Barbosa, G. S. (2008). O desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista visões*, 1 (4).

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto editora.

Câmara Municipal de Alfândega da Fé (2013). *Carta educativa município de Alfândega da Fé*. Alfândega da Fé: Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

Câmara Municipal de Alfândega da Fé (2014). *Produtos regionais*. Acedido a 14 de junho de 2014 em <http://www.cm-alfandegadafe.pt/produtos/list/>

Câmara Municipal de Bragança (2008). *Plano de acção da agenda 21 de Bragança*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança.

Câmara Municipal da Maia. (2009). *Diagnóstico e plano de acção do município da Maia*. Maia: Camara Municipal da Maia.

Center for building better communities. Department of urban & regional planning. University of Florida (2007). *Best practice strength weaknesses opportunities & threats self assessment techniques for small florida cities & countries*. Florida: University of Florida.

Craveiro, A. A. F. S. (2008). *A mobilidade nos processos da agenda 21 local em Portugal*. Tese de mestrado em planeamento do território – inovação e políticas de desenvolvimento, Aveiro: Universidade de Aveiro.

Cupeto, C. & Marcos, J. S. (2007). *Guia agenda 21 local – um desafio para todos*. Portugal: Agência Portuguesa do Ambiente.

Ferreira, H. & Santos, P. (2007). *Documento estratégico para o plano de acção do Nordeste 21- Nordeste transmontano no caminho da sustentabilidade*. Mirandela: Resíduos do Nordeste.

Fidélis, T. & Pinho, R. (2004). *A agenda 21 local e a educação ambiental – contributos para uma estratégia nacional*. Chaves: idad – instituto do ambiente e desenvolvimento

Fischer, M. C. B. (2006). Interloquções sobre a metodologia qualitativa. *UNIrevista*, 1 (1): 9-18.

Garzilo, C. & Kuhn, S. (2007). *The Aalborg Commitments Implementation Guide*. Freiburg: ICLEI European Secretariat GmbH.

Gadotti, M. (2002). *Agenda 21 e Carta da Terra*, Instituto Paulo Freire. Acedido a 22 de abril de 2014 em

<http://siteantigo.paulofreire.org/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0032>

Gonçalves, C. (2010). *Definição dos objectivos de desenvolvimento estratégico no contexto da revisão de um plano director municipal. Caso Alfândega da Fé*. Relatório

de estágio para a obtenção do grau de mestre em gestão do território e urbanismo, Lisboa: Universidade de Lisboa.

Grupo Parlamentar do BE (2013). Centro de Saúde de Alfândega da Fé, no distrito de Bragança. Acedido a 02 de junho de 2014 em <http://www.beparlamento.net/centro-de-sa%C3%BAde-de-alf%C3%A2ndega-da-f%C3%A9-no-distrito-de-bragan%C3%A7a>

Henriques R., Trajber, R. Mello, S. Lipai, E. & Chamusca, A. (Org.) (2007). *Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade*. Cadernos SECAD 1: Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.

INE- Instituto Nacional de Estatística (2011a). População Residente em 2001 e 2011, segundo os grupos etários e a sua evolução entre 2001 e 2011. Acedido a 02 de junho de 2014 em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros

Instituto Nacional do Ambiente. (1989). *Apontamentos de Introdução à Educação Ambiental*. Lisboa: INA.

Keating, M. (1993). *Agenda for change. A plain language version of agenda 21 and the other Rio agréments*. Geneva: Centre for our common future.

Kohler, M. C. M. (2003). *Agenda 21 local: desafios da sua implementação. Experiencia de são Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Florianópolis*. Tese de mestrado em saúde ambiental, São Paulo. Universidade de São Paulo.

Lopes, C. (2013). *Sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável local: estudo de caso no concelho de Abrantes*. Trabalho de projeto mestrado em cidadania ambiental e participação. Lisboa: Universidade Aberta.

Mairros, O. (2014). Queremos ser ouvidos. Fecho de serviços no interior tem de acabar. Rádio Renascença. Acedido a 02 de junho de 2014 em http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=31&did=135420.

Marcelino, M. (2012). *Ponto da situação da implementação da convenção Aarhus em Portugal*. Cerimónia de entrega de prémios na área da avaliação de impactes organizada pela APAI. Acedido em 12 maio de 2014 em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=142&sub2ref=726&sub3ref=727>

Marques, M. (2007). *Agenda 21 local – ordenamento do território e governância*. Loures: Camara Municipal de Loures.

Ministério do Meio Ambiente (2014). *Agenda 21 local*. Acedido a 12 de janeiro de 2014, em <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local>

Naciones Unidas (1998). *Cumbre para la tierra programa 21. Programa de accion de las naciones unidas de Rio*. Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas.

ONUBR- Nações unidas do Brasil. (2014). *A ONU e o meio ambiente*. Rio: Nações Unidas. Acedido a 22 de Maio, 2014, em <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente>

PORDATA (2009). Explorações agrícolas segundo os Censos nos Municípios. Acedido a 12 de Junho de 2014, em <http://www.pordata.pt/Municipios/Exploracoes+agricolas+segundo+os+Censos-44-2802>

Rádio Brigantia (2014). População contra encerramento dos tribunais. Acedido a 10 de março de 2014 em <http://www.cm-alfandegadafe.pt/imprensa/851>

Schmidt, L., Nave, J. G. & Guerra, J. (2005). *Autarquias e desenvolvimento sustentável: Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*. Porto: Fronteira do Caos.

Schmidt, L., Nave, J. G. & Guerra, J. (2008). Educação Ambiental em Portugal: Fomentando uma Cidadania Responsável. *VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Schmidt, L., Nave, J. G. & Guerra, J (2010). *A Educação Ambiental. Balanço e perspectiva para uma agenda mais sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Silva, F. N., & Gonçalves, V. A. (2005). Agenda 21 local. *Cadernos metrópole, 14*: 149-174.

Silva, J. M. S. (2013). Roteiro para a elaboração da agenda 21 – local em Almeirim. Tese de mestrado em cidadania ambiental e participação, Lisboa: Universidade Aberta.

Soares, L. (2008). *Gestão do litoral e cidadania ambiental*. Lisboa: GEOTA – Grupo de Estudo de Ordenamento do Território e Ambiente.

Sousa, M. J. A. D. (2009). *Agenda 21 local. O caso de estudo do norte Alentejano*. Tese de mestrado em ciências e tecnologias do ambiente, Lisboa: Universidade de Lisboa.

Sustainable Cities Platform (2014). Past European Sustainable And Towns Conferences. Acedido a 7 de junho de 2014 em <http://www.sustainablecities.eu/events/>

Tavares, M. C. C. (2009). *Desenvolvimento sustentável e agenda 21 local: estudo exploratório*. Tese de mestrado em gestão, Aveiro. Universidade de Aveiro.

W. C. E. D. (1991). *O nosso futuro comum*. Lisboa: Meribérica / Liber editores, Lda.

Anexos

Anexo I

Guião de Diagnóstico

Fragilidades e potencialidade no concelho de Alfândega da Fé

Fragilidades
• População envelhecida
• Desemprego
• Pouco apoio à fixação da população jovem na região
• Acessibilidades para as aldeias do concelho
• Baixo investimento dos setores privados
• Pouca valorização dos recursos naturais e dos produtos da região
• Diminuição das atividades agrícolas
• A água canalizada em algumas aldeias imprópria para consumo devido ao excesso de ferro
Potencialidades
• Qualidade de vida da população
• Potencialidades turísticas elevadas
• Património natural em bom estado de conservação e diversificado
• Adoção de estratégias para fixar os jovens
• Aumento do apoio a idosos e a outros grupos carenciados
• Produtos tradicionais de qualidade no setor alimentar

Anexo II

Guião de Diagnóstico

Entrevista informal a moradores no concelho de Alfândega da Fé

1. Quais os indicadores de Qualidade de vida no concelho de Alfândega da Fé?

- Emprego;
- Família/amigos;
- Boa gestão dos recursos do concelho;
- Boas condições de transporte e comunicação;
- Bom acesso aos bens e serviços;
- Estabilidade política e económica;
- Locais de lazer;
- Espaços verdes limpos;
- Boa qualidade do ar;
- Habitação.

2. O que poderia levar a um melhor desenvolvimento do concelho?

- Apostar na Agricultura;
- Exportar os produtos da região (azeite, cereja, amêndoa, vinho);
- Melhorar as condições de saúde e educação;
- Dar a conhecer a região através do património cultural e dos seus recursos;
- Atrair maior número de turistas adotando estratégias como percursos pedestres, zonas de lazer, na religião, gastronomia.

3. O que pretendem de Alfândega da Fé daqui a 10/20 anos?

- Um concelho que crie condições para fixar jovens, que possam contribuir para aumentar a economia a partir de investimentos e emprego para os mesmos;
- Uma evolução a nível social e ambiental, através de uma sensibilização eficaz para a mudança de hábitos impostos na sociedade atual;
- Um concelho mais ecológico, melhorar a isolação das construções, evitar o consumo exagerado de produtos para diminuir a produção de resíduos, apostar em energias mais amigas do ambiente e como é um meio pequeno o uso de transporte privado é exagerado assim a população poderia adotar estratégias como andar de bicicleta e mais a pé sempre que possível.

Anexo III

Convite às entidades locais para participação na reunião

2014,EXPS1,S,GE,3449



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

GABINETE DE APOIO AO EXECUTIVO (GAE)

OFÍCIO

Ex.^{mo} Senhor

OFÍCIO CIRCULAR

SUA Referência / DATA / NIF ou NIPC:	NOSSA REFERÊNCIA :	DATA :	OFÍCIO :
---	NIPG - ---	2014/04/10	564/14
NIF / NIPC	Class. - 011.004.- Outras-GE		

ASSUNTO

CONVITE – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI)

No âmbito da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, promovido pela Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM-TM), à qual pertence o Município de Alfândega da Fé, a Senhora Presidente da Câmara Municipal convida V. Ex.^a a participar na sessão com os agentes do desenvolvimento do concelho de Alfândega da Fé, que vai ter lugar no dia 14 de abril de 2014, pelas 10.00 horas, na Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé.

Nesta sessão será feita uma breve abordagem à estrutura e linhas de financiamento no Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020.

Em simultâneo, vai decorrer o arranque da Agenda 21 Local, com a colaboração dos mesmos agentes do desenvolvimento do concelho, pelo que o contributo de V. Ex.^a é fundamental para a caracterização das potencialidades do concelho nos domínios social, cultural, educativo e económico, visando a promoção do desenvolvimento sustentável, de forma a melhorar a qualidade de vida.

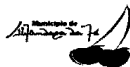
Com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente da Câmara

Eduardo Manuel Dobreiros Tavares
Eduardo Tavares, 11-04-2014

Login: ruig/Lena

PG_01_PROC_07_IMP_01



Largo D. Dinis - 5350.045 ALFÂNDEGA DA FÉ | NIPC - 506 647 498 | www.cm-alfandegadafe.pt
Telefone - 279 468 120 | Fax - 279 462 619 | e-mail - gabinetepresidencia.cmalf@gmail.com



1 de 1

Anexo IV

Guião da reunião com as entidades locais

Agenda 21

- A Agenda 21 é um programa de ação que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável a partir de métodos como:
 - Proteção ambiental;
 - Justiça social;
 - Eficiência económica.
- A Agenda 21, é um processo de planeamento participativo que investiga e analisa a situação do país, dos municípios e das localidades para promover a sustentabilidade local;
- O ponto central neste processo é o levantamento das **fragilidades** e **potencialidades** de uma comunidade e a realização de um plano de ação, tendo em conta a sustentabilidade e os aspetos sociais, económicos ambientais e culturais a longo prazo;
- A agenda 21 é um instrumento importante para melhorar a qualidade de vida com vista a satisfazer as necessidades humanas enquanto se usufrui cuidadosamente dos recursos naturais, possibilitando o mesmo direito às gerações vindouras;

Agenda 21 Local

- Foi a partir do mote “Pensar Globalmente Agir localmente” que surgiu o conceito de Agenda 21 local, que serve para alcançar os objetivos estipulados na Agenda 21 Nacional.
 - Atuar nos problemas locais que afetam a comunidade garante maior agilidade na aplicação das soluções encontradas. Assim, alcançam-se mudanças positivas na qualidade de vida das populações que vivem ou trabalham na cidade, no município ou freguesia.
- O estímulo à ação local deve ser incutido pelas autoridades e outros agentes locais que, estando próximos das populações, podem contribuir para a alteração:
 - Do conceito de desenvolvimento,

- Dos objetivos de ordenamento do território e de gestão urbana,
- Dos comportamentos dos agentes económicos e
- Dos estilos de vida individuais.
- É de salientar que a Agenda 21 local para além das autoridades e dos agentes locais, implica a participação ativa de escolas, associações, empresas, cidadãos e grupos de interesse.

Participação e envolvimento das comunidades

- A Agenda 21 local dá ênfase à participação, envolvimento e planeamento estratégico da comunidade local de forma a melhorar a qualidade de vida. A participação das entidades locais apresenta um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável, ajudando a identificar as potencialidades, as fragilidades, as oportunidades e as ameaças do concelho.
- A agenda 21 Local é um processo de planeamento de políticas públicas que engloba a sociedade civil e as entidades locais num processo participativo, proporcionando soluções nos problemas ambientais, sociais e económicos através de ações que levem ao desenvolvimento sustentável.

Metodologia

- A análise SWOT é a metodologia utilizada para identificar e categorizar significativamente fatores internos (Forças e Fraquezas) e externo (Oportunidades e Ameaças) face a um país ou cidade.
- Tem por objetivo fornecer informações dos recursos de uma comunidade bem como da capacidade para o ambiente físico, social, político e económico em que se atua.

	Potencialidades	Fragilidades
Oportunidades		
Ameaças		